

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA

Por um anno 10\$000
 Por seis mezes 5\$600
 Por tres mezes 3\$600

Avulso por folha 3040
 Anuncios, por linha 3060

A correspondencia official da capital de-
 ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
 LISBOA, na imprensa nacional, onde igu-
 almente se deve remetter, franca de porte, a
 correspondencia das provincias, assim co-
 mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
 DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações lit-
 terarias, de que se receberem dois exem-
 plares.

As pessoas que quizerem subscriver para
 o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º tri-
 mestre do corrente anno podem dirigir-se á
 loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Au-
 gusta n.º 224: os preços da assignatura são
 os seguintes:

COM ESTAMPILHA

Semestre 6\$600 réis
 Trimestre 3\$600 »

SEM ESTAMPILHA

Semestre 5\$600 réis
 Trimestre 3\$000 »

A correspondencia para as assignaturas
 deve ser dirigida á referida loja, estampilha-
 da e acompanhada da respectiva quantia. Os
 srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimes-
 tre, que não quizerem soffrer interrupção na
 remessa do DIARIO, deverão em tempo renova-
 r a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade
 em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Por accordo do conselho de decaes da uni-
 versidade de Coimbra de 4 do corrente, foi risci-
 do da mesma universidade por tempo de um anno
 o estudante do segundo anno da faculdade de di-
 reito Julio Carlos Pereira de Ega, por violencias,
 e espancamento, praticadas em resultado de rixa
 volva contra a pessoa de Amelia, moradora na rua
 das Sallas n.º aquella cidade; constando mais que
 pretendia abafar as queixas da offendida, não só por
 meio de ameaças, mas tambem com tres moedas
 que lhe dera, reconhecendo assim o seu crime, e
 querendo remir-se d'elle a dinheiro, sendo tambem
 certo que, em logar de ter a devida e conveniente
 applicação, não cuida dos seus estudos.

Por accordo do mesmo conselho de 8 do co-
 rrente, foram riscados por tempo de um anno os es-
 tudantes do 2.º anno da faculdade de direito José
 Julio de Oliveira Baptista, e José Joaquim Pon-
 toura Araujo Madureira, pela tentativa praticada
 de noite, de arrombamento de portas da habitação
 de Maria do Rosario e outras, moradoras na Cou-
 raça dos Apostolos, quebrando vidraças de janelas,
 e praticando outros disturbios e desordens,
 constando mais que, em logar de serem applicados,
 não cuidam dos seus estudos, como lhes cumpria e
 convinha.

Por accordo do mesmo conselho de 8 do co-
 rrente, foi expulso de Coimbra por tempo de um an-
 no Paulo Arsenio Judice Samora Biker, que ten-
 do vindo á universidade já dois annos, com o fim
 de seguir os estudos, não tem colhido proveito al-
 gum d'elles, não se matriculando no tempo legal,
 nem fazendo os seus exames; antes envolvendo-se
 em desordens e outros disturbios, como na tentativa
 de arrombamento de portas da casa de Maria do
 Rosario e outras, moradoras na Couraça dos Aposto-
 los.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 26 DE AGOSTO

E 21 DE OUTUBRO DE 1842,

COM applicação AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annun-
 cia que vão andar em praça as propriedades con-
 stantes da seguinte lista, para se proceder á sua ar-
 rematação no dia abaixo designado, pelo maior lance
 que se offerecer; devendo o seu pagamento verifi-
 car-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias,
 pela forma seguinte: metade em moeda corrente e
 metade em títulos de divida fundada interna ou ex-
 terna, pelo seu valor nominal, nos termos do referido
 decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de
 1852, que reduziu a 3 por cento o juro de toda a divida
 fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar
 em prestações e nas mesmas especies de moeda, en-
 tregando a primeira terça parte dentro do mesmo
 prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois
 e tres annos, com o juro annual de 5 por cento, con-
 forme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mes-
 mos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo
 prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova
 praça a que as propriedades serão levadas; bem como
 prohibidos de lançar n'ellas: tudo em conformidade
 com a respectiva legislação, cuja observancia foi sus-
 citada pela portaria do ministerio da fazenda de 21
 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

Lista 1252-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICHO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 14 DE AGOSTO DE 1860

Terceira forma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

DISTRICHO DO FUNCHAL

CONCELHO DA PONTA DO SOL

Reforma da lista 1227-A

Avaliações com o abatimento de duas quintas partes

Bens que foram de Manuel de Jesus

28062 Um bocado de terra e benfitorias, no
 sitio da Terça, da freguezia de Tabua, que tem de
 medição quatro alqueires e vinte canas: confronta
 pelo norte com Lourenço da Silva, sul com Manuel
 Pestana dos Reis, leste com o caminho da Fajã, e
 oeste com os proprios nacionaes, 35\$300 réis—
 21\$180.

Bens que foram de Antonio Bettencourt Heredia
 28063 Um bocado de terra, no sitio do Macapés,
 da freguezia de Tabua, que tem de medição
 dois alqueires e doze canas, e pertence-lhe duas
 horas de agua da levada da Serra, no giro de qua-

renta dias, e são colonos Manuel de Abreu Moder-
 no, Francisco José Martins e outros: confronta pelo
 norte com terra dos proprios nacionaes, sul com
 Mendo de Brito, leste com o ribeiro de Macapés,
 e oeste com o caminho de Macapés, 40\$000 réis—
 24\$000.

28064 Um bocado de terra, no sitio do Chaprão,
 da freguezia de Tabua, tem de medição um alqueire
 e tres canas, do qual é colono Antonio Pestana
 Camacho: confronta pelo norte, sul e oeste com os
 herdeiros do alferes Antonio Rodrigues de Macedo,
 e leste com a ribeira, 2\$000 réis—1\$200.

28065 Um bocado de terra, no sitio da Terça,
 da freguezia de Tabua, tem de medição onze canas
 e um palmo, com agua da ribeira, para regar
 quando quizer, de que é colono Francisco Gomes:
 confronta pelo norte com o dito Francisco Gomes,
 sul com Antonio Pestana, leste com o dito Fran-
 cisco Gomes, e oeste com a ribeira, 8\$000 réis—
 4\$800.

28066 Uma porção de terra, no sitio do Cha-
 prão, da freguezia de Tabua, que tem de medição
 quatro alqueires e doze canas, de que é colono
 Antonio Pestana: confronta pelo norte com as reli-
 giosas de Santa Clara, sul com herdeiros de João
 Joaquim Figueira Henriques, leste com o ribeiro,
 e oeste com o Lombo, 11\$800 réis—7\$080.

28067 Um bocado de terra, no sitio da Terça,
 da freguezia de Tabua, que tem de medição tres
 canas, com agua de oito em oito dias, da ribeira:
 confronta pelo norte com Miguel dos Reis, sul com
 João dos Santos, e Antonio de Abreu, leste com os
 herdeiros de José da Silva, e oeste com o dito João
 dos Santos, 12\$000 réis—7\$200.

Bens que foram de Luiz Emeraldal
 28068 Uma porção de terra, no sitio da Ladei-
 ra, da freguezia de Tabua, que tem de medição
 sete alqueires e doze canas, da qual são colonos
 Antonio Pestana e outros: confronta pelo norte com
 os herdeiros de José da Silva, sul com as religi-
 osas de Santa Clara, leste com os herdeiros de João
 Sevaire Tello de Menezes, e oeste com a fiada do
 Lombo, 48\$000 réis—28\$800.

28069 Um bocado de terra, no sitio da Ladeira
 da Lapa, da freguezia de Tabua, que tem de me-
 dição sete alqueires, quinze canas e uma vara,
 com agua da ribeira quando quer regar, de que é
 colono Lourenço de Abreu e outros: confronta pelo
 norte com D. Guilhermina da Silva, e proprios na-
 cionaes, sul com João de Freitas da Silva, leste
 com o caminho velho e a ribeira, e oeste com Mi-
 guel Pestana dos Reis, 100\$000 réis—60\$000.

28070 Um bocado de terra, no sitio da Terça,
 da freguezia de Tabua, que tem de medição um al-
 queire e vinte canas, de que são colonos os her-
 deiros de José da Silva, e confronta do norte com
 Miguel Pestana dos Reis, sul com Manuel da Costa,
 leste com os proprios nacionaes, e oeste com her-
 deiros de João Sevaire Tello de Menezes, 20\$000 réis—
 12\$000.

28071 Uma porção de terra, sita onde chamam
 a Chipachiltra, da freguezia de Tabua, que tem de
 medição vinte alqueires e vinte e uma canas; a
 qual é livre e sem pensão alguma: confronta pelo
 norte com José Rodrigues da Cova, sul com Antonio
 Abreu das Laranjeiras, leste com o Corgo, e
 oeste com o ribeiro que vae dar á ribeira da Caixa,
 20\$900 réis—12\$540.

28072 Um bocado de terra, no sitio da Terça,
 da freguezia de Tabua, que tem de medição duas
 canas e duas varas: parte do norte com Francisco
 Joaquim e outros, sul com herdeiros de José da
 Silva, e oeste com João dos Santos, 8\$800 réis—
 5\$280.

Somma R. 184\$080

Segunda repartição da direcção geral dos pro-
 prios nacionaes, 4 de junho de 1860.—Antonio Au-
 gusto Pereira da Silva.

Lista 1253-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICHO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 16 DE AGOSTO DE 1860

Terceira forma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

DISTRICHO DO FUNCHAL

CONCELHO DE MACHICO

Reforma da lista 1240-A

Avaliações com o abatimento de duas quintas partes

Bens adjudicados á fazenda nacional, por execução

promovida aos herdeiros do padre Manuel José da Paixão

28073 Uma porção de terra com meia quarta,

parte de inhame e parte baldia, no sitio da Terça:

confronta do leste com o ribeiro, sul com Diogo Ber-

enguer, e oeste com Manuel de Gouveia, 9\$000

réis—5\$400.

28074 Uma dita com tres fontes, coberta de

vinha e balseiras, no sitio das Fontes: confronta do

norte com a Rocha de Baixo, sul com José Ber-

nardino, leste com os herdeiros de Francisco José

de Figueirôa, e oeste com os herdeiros de Manuel

de Vasconcellos, 26\$000 réis—15\$600.

28075 Uma dita com uma quarta, coberta de

vinha, no sitio da Eira da Loura: confronta do norte

e oeste com a Rocha, sul com o patrimonio do vi-

ce-vigário Manuel Joaquim da Paixão, e leste com

Francisco José Furtado, 6\$000 réis—3\$600.

28076 Uma dita com tres alqueires, semeada,

no sitio do Valle da Porca: confronta do norte com

a viúva de Manuel de Freitas, sul com o morgado

Leandro, leste com o Lombo da Giestra, e oeste com

João Nunes de Viveiros, 12\$000 réis—7\$200.

28077 Uma dita com quarta e meia, coberta de

vinha e balseiras, no sitio da Eira Velha: confronta

do norte com o Lombo e caminho da Rogada, sul

com Francisco Moniz, leste com Anna de Sá, e

oeste com os herdeiros do capitão José Antonio da

França, 5\$000 réis—3\$000.

28078 A parte do moimho, pertencente aos exe-

cutados, situado no sitio do Moimho da Serra, de

que é do mesmo moleiro, e administrador, José Vi-

cente de Freitas, do dito sitio, 35\$000 réis—21\$.

28079 Um pedaço de terra com quarta e meia

de inhame, e com agua que lhe pertence, e sem pen-

são, no sitio do Moimho da Serra: confronta do norte

e oeste com D. Maria Fernandes sul com Manuel

Alves, e leste com a ribeira, 22\$000 réis—13\$200.

28080 Um pedaço de terra com cinco quartas,

de inhame, vinha e agua, que lhe pertence no sitio

do Moimho da Serra, e sem pensão: confronta do

norte com D. Maria Fernandes e outros, sul com
 Manuel Alves, leste com a ribeira, e oeste com os
 herdeiros de Manuel de Freitas, 92\$000 réis—
 55\$200.

28081 Um pedaço de terra com tres maquinas,
 de inhame, e com agua, e sem pensão, no sitio da
 Ribeira Secca: confronta do norte com João Mar-
 tins, sul e oeste com o caminho, e leste com Nuno
 de Freitas, 9\$000 réis—5\$400.

28082 Um dito com quarta e meia, de inhame,
 e sem pensão, no sitio da Ribeira Secca: confronta
 do norte com João Martins, sul com o caminho,
 leste com o casal de Domingos Nunes, e oeste com
 Nuno de Freitas, 20\$000 réis—12\$000.

28083 Um dito com cinco quartas, de vinha e
 inhame e arvores de fructos, com a agua que lhe
 pertence, e sem pensão, no sitio do Paraíso: con-
 fronta do norte, sul e leste com o morgado João de
 Freitas, e oeste com o ribeiro, 90\$000 réis—54\$.

28084 Uma dita com uma maquia, de inhame,
 e com agua que lhe pertence, e sem pensão, no sitio
 da Graça: confronta do norte e leste com os her-
 deiros de Thomé Lopes, sul com João Bettencourt,
 e oeste com Luiz Berenguer, 4\$500 réis—2\$700.

28085 Uma dita com uma maquia, e sem pen-
 são, e de inhame, no sitio da Banda de Alem: con-
 fronta do norte e leste com Manuel da Silva, sul
 e oeste com Manuel Tello Cabral, 7\$000 réis—
 4\$200.

Somma R. 202\$500

Segunda repartição da direcção geral dos pro-
 prios nacionaes, 5 de junho de 1860.—Antonio Au-
 gusto Pereira da Silva.

Relação n.º 62, com referencia ao districto de Faro, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÃO
	DOS QUE TEM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TEM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	
11.903	-	Pensões	38	D. Catharina Thereza da Fonseca	Pens. de consideração
					162\$000
					13\$500

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 18 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 24

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 16 de junho de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

CARTA REGIA

Serenissimo Infante D. João Maria Fernando Pe-
 dro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo
 Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja
 Gonzaga Felix de Bragança e Bourbon Saxe-Cob-
 bourg-Gotha, duque de Beja, coronel addido ao re-
 gimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha,
 meu muito amado e presado irmão: eu D. Pedro,
 por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algar-
 ves, etc., envio muito saudar a Vossa Alteza Se-
 renissima, como aquelle que muito amo e presó.

Dessejando que a Vossa Alteza Serenissima se
 proporcione a maior oportunidade de pôr em pra-
 tica os conhecimentos militares que tem adquirido,
 especialmente na arma de cavallaria: hei por bem
 nomear a Vossa Alteza Serenissima coronel effectivo
 do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rai-
 nha.

Serenissimo Infante D. João Maria Fernando Pe-
 dro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo
 Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja
 Gonzaga Felix de Bragança e Bourbon Saxe-Cob-
 bourg-Gotha, duque de Beja, coronel addido ao re-
 gimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha,
 meu muito amado e presado irmão: Nosso Senhor
 haja a agusta pessoa de Vossa Alteza Serenissima
 em sua continua guarda.

Escrepita no palacio das Necessidades, em 11 de
 junho de 1860.—De Vossa Alteza Serenissima ex-
 tremoso irmão—PEDRO.—Visconde da Senhora
 da Luz.

Para o Serenissimo Infante D. João Maria Fer-
 nando Pedro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel
 Leopoldo Carlos Antonio Gregorio Francisco de
 Assis Borja Gonzaga Felix de Bragança e Bour-
 bon Saxe-Cobourg-Gotha, duque de Beja, coronel
 addido ao regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros
 da Rainha, meu muito amado e presado irmão.

DECRETO

Atendendo aos servicos e mais circumstancias
 que concorrem no bacharel Basilio Alberto de Sousa
 Pinto: hei por bem nomear-lo auditor da 3.ª divi-
 são militar.

O ministro e secretario d'estado interino dos ne-
 gocios da guerra o tenha assim entendido e faça
 executar. Paço, em 8 de maio de 1860.—REL.—
 Visconde da Senhora da Luz.

Por decretos de 8 do corrente mez:

Batalhão provisório de caçadores de Angola

Capitão de 1846, sem clausula, e contando a an-

tiguidade d'este posto de 25 de maio ultimo, o te-

nente do batalhão de caçadores n.º 1, José Infante

de Sequeira Soares, que deverá servir n'aquella

provincia o tempo marcado no referido decreto,

sem o que este despacho ficará nullo e de nenhum

effecto.

Adjuntando, o alferes do mesmo batalhão, Antonio

Henriques de Sampaio Ramos.

Por decretos de 11 do corrente mez:

1.ª divisão militar

Chefe do estado maior, o coronel graduado do

corpo de estado maior do exercito, Carlos Benev-

ento Casimiro.

2.ª divisão militar

Chefe do estado maior, o major do estado maior

do exercito, Frederico Augusto de Almeida Por-

tugal Correia de Lacerda.

Castello de S. Jorge

Governador, o coronel de infantaria, chefe do es-

tado maior da 2.ª diviçao militar, Antonio Pereira

de Azevedo.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Lista 1254-A

ARREMATACÃO NO THESOURO PUBLICO

NO DIA 25 DE JULHO DE 1860

AO MEIO DIA

DISTRICHO DE SANTARÉM

CONCELHO DE ABREANTES

Bens do vinello instituido pelo Balio Acre fr. Leonel

de Parada e outro, de que foi ultima administradora

D. Maria José Cordes Brandão

28086 Casal da Cordeira, no sitio do mesmo no-

me, freguezia de São Vicente, que se compõe de

casas de habitação, alpendradas, terras de pão,

de hortar, arvores de fructa, oliveiras, matto e so-

breiras: parte do nascente com herdeiros de Joa-

quim Vicente da Costa, e de José Joaquim da Sil-

va, do Sardoal, do poente com a ribeira de Alfer-

raredo, norte com fazenda de D. Manuel Luiz de

Sousa, e sul com fazenda do morgado Laboreiro,

de Monte-mór o Novo—2\$600\$000.

28087 Casal da Murteira, sito na freguezia das

Muriscas, que se compõe de casas, terra de pão,

oliveiras, vinha e matto: parte do nascente com her-

deiros de Maria Rosa, da Murteira, poente com o

casal de Antonio Soares de Magalhães, do Pedro-

gão, norte com Manuel Dias Trindade, do Pinheiro

—2\$300\$000.

CONCELHO DO SARDOAL

Bens do vinello instituido por Archangel Maria Caldeira,

de que foi ultima administradora

D. Maria José Cordes Brandão

Visconde de Paiva.
Fortunato Chamão.
João Gomes Rolan.
D. José de Salamanca.
A. Llorente.
J. de Zaragoza.
De la Gandara.
José de la Fuente.
E. Blount.
Lichtlin.
José de la Boullerie.
Chatelus.
Visconde Paul Daru.
Gustavo Delahante.
Daloz.
Thomás Retortillo.

Repartição do commercio e industria, em 25 de junho de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda.*

Manda Sua Magestade El-Rei, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, communicar ao syndico da camara dos corretores da praça do commercio de Lisboa, que por decreto com data de 20 do corrente foi approvada a organisação definitiva da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, e que por este motivo deverão as suas acções ser cotadas como os titulos de identica natureza.

Paço das Necessidades, em 21 de junho de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em junho de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 16	(Entrada)	—	—	110	52	—	—	3	35	4	32
	(Saída)	12	21	21	48	45	19	—	—	6	32
	Existencia	14776	3	691	20	1662	47	520	35	350	6
Dia 18	(Entrada)	14	42	15	40	—	—	2	30	4	—
	(Saída)	62	17	20	46	76	41	—	—	7	—
	Existencia	14379	44	686	14	1632	13	525	25	346	26
Dia 19	(Entrada)	1	24	62	42	15	37	—	—	1	24
	(Saída)	15	—	19	30	54	20	—	—	—	—
	Existencia	14067	43	727	26	1599	14	525	25	347	50
Dia 20	(Entrada)	—	54	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	80	10	4	—	44	—	—	—	—	—
	Existencia	13645	11	723	26	1548	42	525	25	347	50
Preços		590 a 750		360 a 400		400 a 450		—		—	

Repartição de agricultura, em 23 de junho de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares.*

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas.—2.ª Secção

Conformando-me com o parecer do conselho de minas: hei por bem approvar e ordenar que seja observado o regulamento dos inspectores de minas, que faz parte do presente decreto, e com elle baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria. O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 2 de abril de 1860.—*REI.*—*Antonio de Serpa Pimentel.*

Regulamento dos inspectores de minas a que se refere o decreto d'esta data.

Artigo 1.º A inspecção de minas é composta provisoriamente de um inspector geral, e de quatro inspectores de districto.

O inspector geral tem a sua residencia em Lisboa.

A residencia dos inspectores de districto será o portuamento fixado pelo governo.

Art. 2.º Compete ao inspector geral:

1.º Fazer annualmente uma excursão geral, na qual inspecionará as minas e estabelecimentos, que por qualquer circumstancia reclamarem a sua presença, e os que lhe forem indicados pelo governo.

2.º Desempenhar as commissões extraordinarias de que o governo o encarregar e propor aquellas que julgue conveniente, dando conta do seu resultado ao governo.

3.º Apresentar ao governo até ao 1.º de outubro de cada anno um relatório acerca da excursão geral de que trata o § 1.º d'este artigo.

Art. 3.º O inspector geral é autorisado a requisitar ao governo, pela direcção geral das obras publicas e minas, os documentos e esclarecimentos que tenham relação com os assumptos da sua competencia.

Art. 4.º O inspector geral corresponde-se directamente com os inspectores de districto, e d'elles obterá os esclarecimentos de que carecer a bem do serviço.

Art. 5.º O inspector geral durante as suas excursões corresponde-se directamente com as autoridades administrativas.

Art. 6.º Compete aos inspectores de districto:

1.º Executar os reconhecimentos, demarcações e mais serviços que lhes são designados na lei e regulamento de minas.

Quando no districto houver um ou mais empregados technicos ás ordens do inspector, poderá este repartir por elles alguns dos mencionados serviços.

2.º Visitar annualmente os trabalhos de exploração, as minas concedidas e os estabelecimentos metallurgicos, podendo encarregar d'estas visitas os seus subordinados, no caso de não ser necessaria a sua presença.

3.º Fazer visitas extraordinarias, ou encarregar d'ellas os seus subordinados, a quaesquer estabelecimentos de mineração, em caso de urgencia.

4.º Desempenhar as commissões extraordinarias de que o governo o encarregar, dentro ou fóra dos seus districtos, e propor ao governo aquellas que julgem convenientes, dando conta dos seus resultados.

5.º Lavrar os autos de visita na forma prescrita pelo regulamento, dar parte ás autoridades administrativas das infracções dos regulamentos de policia, salubridade e segurança; e ao governo, das faltas de execução das condições impostas á concessão.

6.º Estudar debaixo do ponto de vista das suas applicações as substancias minerais que, pela sua natureza ou posição, se considerem pertencentes á propriedade superficial, informando acerca das vantagens que possam tirar-se do seu emprego.

7.º Estudar as produções do solo que possam ser aproveitadas como materias de construcção e como combustiveis.

8.º Enviar annualmente até ao 1.º de setembro um relatório circunstanciado sobre os objectos de que tratam os artigos precedentes.

9.º Participar ao governo a sua saída da residencia que for fixada, indicando os principais pontos que tenciona percorrer.

10.º Dar parte ao governo em caso de enfermidade que o impossibilite do exercicio das suas funções.

11.º Corresponder-se directamente com o governo e as autoridades administrativas.

12.º Os inspectores de districto são directamente responsaveis pelo serviço da sua competencia que por elles for confiado aos seus subordinados.

Art. 7.º Os inspectores não podem publicar qualquer parecer ou memoria official relativos a commissões de que tenham sido encarregados pelo governo, sem licença ou authorisação do mesmo governo.

Art. 8.º Os inspectores de minas não poderão tomar parte nos interesses das empresas mineras e metallurgicas, nem encarregar-se da direcção technica ou administrativa das mesmas.

Paço, em 2 de abril de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 6390

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO VISCONDE DE FORNOS
Nos autos civis vindos da relação de Lisboa, recorrente D. Carlota Amalia de Orellana e Albuquerque, recorrido João Agostinho de Figueira e Albuquerque, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.:

Que, quanto ao fundo da causa, negam a revista por falta de fundamentos; quanto a multa porém, em que a recorrente vem condemnada:

Considerando que pelo § unico do artigo 828.º da novissima reforma judiciaria são isentos d'esta penalidade os litigantes que pela antiga legislação não pagavam dízima;

Considerando que conforme a esta legislação eram isentos da dízima os orphãos menores, viúvas, e mais pessoas miseraveis, como é expresso no alv. de 8 de maio de 1745, e ass. da extincta casa da supplicação de 2 de dezembro de 1791;

Considerando que as pessoas mencionadas n'este alvará o são por um modo exemplificativo; e que, sem duvida, mais miseravel do que a viúva a mulher casada, que pelo divórcio ou separação perpetua fica sem a protecção do seu marido;

Considerando que no presente processo, em que a recorrente decaiu, litigando com seu marido, se manifesta de um modo especial, e por outras circumstancias dos autos, um isolamento e abandono peor e mais afflictivo talvez, que o da simples viuvez, geralmente fallando;

Considerando que, em termos taes, deve ter uma justa applicação á recorrente a qualificação de pessoa miseravel, por força de comprehensão, identidade e maioria de razão, autorisada na lei de 18 de agosto de 1769, não revogada, excepto quanto a culpados, como de crime, o que sendo expresso no código penal artigo 18.º firma a regra estabelecida na dita lei;

Concedem a revista, e annullam o accordo recorrido, sómente quanto á multa; e mandam que os autos sejam remetidos á relação de Lisboa, para por juizes diversos se dar cumprimento á lei.

Lisboa, 20 de abril de 1860.—*Visconde de Fornos*—*Mello e Carvalho*—*Ferreira*.

Está conforme.—*Secretaria do supremo tribunal de justiça*, 19 de maio de 1860.—*O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.*

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Nunes da Silva Fereiro, director da alfandega de Castello Branco, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o processo de liquidação da responsabilidade de Antonio Nunes da Silva Fereiro, como director da alfandega de Castello Branco, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1858; mostra-se a folha 30 e 31, importar o debito da conta do responsavel 528,5148 réis, incluindo 210,5403 réis, saldo da do anno economico anterior julgado por accordo d'este tribunal de 3 de abril ultimo, junto por copia a folha 28; e importar bem assim o credito da sobredita conta n'uma igual quantia de 528,5148 réis, que se compõe de 489,5249 réis, entregues por passagens de fundos no cofre central do districto, e 38,9899 réis da distribuição do producto de tomadias; tudo legalmente comprovado com os documentos e recibos que instruem o processo desde folha 3 até folha 29. Mostra-se, que intimado o responsavel na conformidade da lei na allegação contra a liquidação de sua conta; o que visto e o mais do processo, julgam a sobredita conta devidamente ajustada e saldada, e o mencionado Antonio Nunes da Silva Fereiro quite para com a fazenda publica na qualidade de subdirector da alfandega de Castello Branco, desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1858.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Lobo*, relator.—*Paiva Pereira*—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 31 de maio de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Vieira do Carmo, como recbedor da 2.ª secção do bairro de Alcantara, da cidade de Lisboa, nos dois annos economicos de 1857 a 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.º secção do tribunal de contas: que visto o relatório fl. 132, e liquidação fl. 2, da conta da gerencia de Antonio Vieira do Carmo como recbedor da 2.ª secção do bairro de Alcantara, da cidade de Lisboa, no decurso dos dois annos economicos de 1857 a 1859, per onde

se vê elevar-se o debito e o credito d'esta conta a uma identica somma de 175,720,621 réis, inclusa no credito a de 108,374,238 réis em documentos de cobrança que passaram a cargo do mesmo responsavel para a sua conta do seguinte anno de 1859 a 1860; vistos os demais documentos e recibos originaes que instruem o processo, e comprovam as diferentes addições de que se compõe o debito e o credito; e havendo o interessado declarado pelo seu requerimento fl. 133 que se conformava com esta liquidação; julgam o referido Antonio Vieira do Carmo quite com a fazenda publica na qualidade de recbedor da 2.ª secção do bairro de Alcantara desde o 1.º de julho de 1857 até 30 de junho de 1859, passando a seu cargo para a conta da sua responsabilidade do seguinte anno economico de 1859 a 1860 a indicada importância de 108,384,238 réis em documentos de cobrança.

Lisboa, 22 de maio de 1860.—*Paiva Pereira*, relator.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio de Oliveira, como recbedor que foi do concelho de Bellas, desde o 1.º de julho de 1850 até 31 de dezembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o relatório fl. 199 e a liquidação reformada fl. 198, da conta da responsabilidade de Antonio de Oliveira, como recbedor que foi do concelho de Bellas desde o 1.º de julho de 1850 até 31 de dezembro de 1855, por onde se mostra importar o debito d'esta gerencia na quantia de 45,072,695 réis, e o credito em 45,075,913 réis, e haver assim um saldo a favor do responsavel de 2,8318 réis; vistos os demais documentos e recibos que comprovam as diversas addições do debito e credito, entre os quaes figuram os resumos fl. 20 e 21 dos documentos de cobrança que passaram em transição do mesmo responsavel para o recbedor de Oeiras Julio Cesar de Sousa e Silva, na importância de 2,738,620 réis, e para o de Cintra Joaquim Vital Pinheiro da Veiga, na importância de 3,516,851 réis; e tendo-se satisfeito ao preceito da lei, em quanto á citação do interessado, que convém nos termos da liquidação processada; julgam o referido Antonio de Oliveira credor á fazenda publica do indicado saldo de 2,8318 réis, que resultou a seu favor pelo ajustamento da conta da sua gerencia, como recbedor que foi do concelho de Bellas desde o 1.º de julho de 1850 até 31 de dezembro de 1855. E não conseguintemente por extincta a fiança relativa a esta responsabilidade, devendo considerar-se livres e desembaraçados os bens e valores que a constituíssem para serem restituídos a quem pertencer.

Lisboa, 22 de maio de 1860.—*Paiva Pereira*, relator.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No autos do processo para julgamento da conta de Francisco Marques Barbosa, recbedor do concelho de Reguengos de Monsaraz, pela responsabilidade da sua gerencia desde 10 de novembro de 1849 até 30 de junho de 1859.

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, dos autos do processo para ajustamento e julgamento da conta da responsabilidade de Francisco Marques Barbosa, na qualidade de recbedor do concelho de Reguengos de Monsaraz, no periodo de tempo decorrido de 10 de novembro de 1849 até 30 de junho de 1859, consta pela conta corrente a fl. 2, e demonstrações a fl. 3 e fl. 14, auto de entrega a fl. 4, certidão a fl. 10, e pelos mais documentos comprovativos, que importa o debito do responsavel em 89,906,883 réis, em que se comprehendem 13,244,069 réis em documentos de cobrança, e réis 164,4120 em generos, que recebeu em transição da conta do seu antecessor Augusto Cesar de Sousa Penado; e 432,456 réis em documentos de cobrança entregues pelo recbedor do extincto concelho de Mourão, Joaquim Antonio Ribeiro; e o credito réis 89,908,514, de que fazem parte 3,658,590 réis em documentos de cobrança, e em dinheiro, que passaram por balanco para a conta do actual anno economico (demonstração a fl. 250, e documentos de fl. 251 a 253); resultando da comparação do debito e credito o saldo a favor d'este exactor de 1,631 réis. E por quanto o responsavel por seu legitimo procurador bastante (constituído pela procuração junta a fl. 265) requereu que dispensando-se a citação já ordenada se proseguisse nos termos ultimos até final julgamento; visto o relatório da direcção a fl. 268 e a resposta fiscal conforme; julgam bem e devidamente ajustada nos termos expostos a conta de que se trata, e Francisco Marques Barbosa com direito ao saldo de 1,631 réis, pelo tempo da sua gerencia como recbedor do concelho de Reguengos de Monsaraz desde 10 de novembro de 1849 até 30 de junho de 1859, devendo todavia responder em nova conta pela importância de réis 3,658,590 que passaram por balanco para o anno economico de 1859 a 1860.

Tribunal de contas, 25 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que dos autos do processo instaurado pela responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, consta, examinada a conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 38, as demonstrações que lhe dizem respeito sob n.º 1, 2 e 3, os documentos comprovativos, e os relativos a fl. 32 e fl. 39, que o debito e credito d'este exactor no indicado periodo de tempo se contrabalançam exactamente na importância de 68,414,555 réis cada um, entrando no debito 58,621,0038 réis em documentos de cobrança, que recebeu em transição do fallecido recbedor da mesma secção João Pedro Baptista Lopes (julgado quanto á conta da sua responsabilidade por accordo d'este tribunal de 4 de outubro de 1855), e no credito 52,979,304 réis em documentos de cobrança, que passaram por balanco para o anno economico de 1858 a 1859. E por quanto o responsavel, ouvido sobre o estado da conta, se conformou com a liquidação feita, e assim tambem o conselheiro ajudante do procurador geral da fazenda, a quem se deu vista, julgam Miguel Severino de Assis Leitão, na qualidade de recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no periodo acima declarado, e bem e devidamente ajustada a presente conta, devendo todavia responder em novo processo pela importância dos documentos de cobrança, que passaram por balanco para a conta do anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que dos autos do processo instaurado pela responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, consta, examinada a conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 38, as demonstrações que lhe dizem respeito sob n.º 1, 2 e 3, os documentos comprovativos, e os relativos a fl. 32 e fl. 39, que o debito e credito d'este exactor no indicado periodo de tempo se contrabalançam exactamente na importância de 68,414,555 réis cada um, entrando no debito 58,621,0038 réis em documentos de cobrança, que recebeu em transição do fallecido recbedor da mesma secção João Pedro Baptista Lopes (julgado quanto á conta da sua responsabilidade por accordo d'este tribunal de 4 de outubro de 1855), e no credito 52,979,304 réis em documentos de cobrança, que passaram por balanco para o anno economico de 1858 a 1859. E por quanto o responsavel, ouvido sobre o estado da conta, se conformou com a liquidação feita, e assim tambem o conselheiro ajudante do procurador geral da fazenda, a quem se deu vista, julgam Miguel Severino de Assis Leitão, na qualidade de recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no periodo acima declarado, e bem e devidamente ajustada a presente conta, devendo todavia responder em novo processo pela importância dos documentos de cobrança, que passaram por balanco para a conta do anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que dos autos do processo instaurado pela responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, consta, examinada a conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 38, as demonstrações que lhe dizem respeito sob n.º 1, 2 e 3, os documentos comprovativos, e os relativos a fl. 32 e fl. 39, que o debito e credito d'este exactor no indicado periodo de tempo se contrabalançam exactamente na importância de 68,414,555 réis cada um, entrando no debito 58,621,0038 réis em documentos de cobrança, que recebeu em transição do fallecido recbedor da mesma secção João Pedro Baptista Lopes (julgado quanto á conta da sua responsabilidade por accordo d'este tribunal de 4 de outubro de 1855), e no credito 52,979,304 réis em documentos de cobrança, que passaram por balanco para o anno economico de 1858 a 1859. E por quanto o responsavel, ouvido sobre o estado da conta, se conformou com a liquidação feita, e assim tambem o conselheiro ajudante do procurador geral da fazenda, a quem se deu vista, julgam Miguel Severino de Assis Leitão, na qualidade de recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no periodo acima declarado, e bem e devidamente ajustada a presente conta, devendo todavia responder em novo processo pela importância dos documentos de cobrança, que passaram por balanco para a conta do anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que dos autos do processo instaurado pela responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, consta, examinada a conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 38, as demonstrações que lhe dizem respeito sob n.º 1, 2 e 3, os documentos comprovativos, e os relativos a fl. 32 e fl. 39, que o debito e credito d'este exactor no indicado periodo de tempo se contrabalançam exactamente na importância de 68,414,555 réis cada um, entrando no debito 58,621,0038 réis em documentos de cobrança, que recebeu em transição do fallecido recbedor da mesma secção João Pedro Baptista Lopes (julgado quanto á conta da sua responsabilidade por accordo d'este tribunal de 4 de outubro de 1855), e no credito 52,979,304 réis em documentos de cobrança, que passaram por balanco para o anno economico de 1858 a 1859. E por quanto o responsavel, ouvido sobre o estado da conta, se conformou com a liquidação feita, e assim tambem o conselheiro ajudante do procurador geral da fazenda, a quem se deu vista, julgam Miguel Severino de Assis Leitão, na qualidade de recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no periodo acima declarado, e bem e devidamente ajustada a presente conta, devendo todavia responder em novo processo pela importância dos documentos de cobrança, que passaram por balanco para a conta do anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que dos autos do processo instaurado pela responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1857 até 30 de junho de 1858, consta, examinada a conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 38, as demonstrações que lhe dizem respeito sob n.º 1, 2 e 3, os documentos comprovativos, e os relativos a fl. 32 e fl. 39, que o debito e credito d'este exactor no indicado periodo de tempo se contrabalançam exactamente na importância de 68,414,555 réis cada um, entrando no debito 58,621,0038 réis em documentos de cobrança, que recebeu em transição do fallecido recbedor da mesma secção João Pedro Baptista Lopes (julgado quanto á conta da sua responsabilidade por accordo d'este tribunal de 4 de outubro de 1855), e no credito 52,979,304 réis em documentos de cobrança, que passaram por balanco para o anno economico de 1858 a 1859. E por quanto o responsavel, ouvido sobre o estado da conta, se conformou com a liquidação feita, e assim tambem o conselheiro ajudante do procurador geral da fazenda, a quem se deu vista, julgam Miguel Severino de Assis Leitão, na qualidade de recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no periodo acima declarado, e bem e devidamente ajustada a presente conta, devendo todavia responder em novo processo pela importância dos documentos de cobrança, que passaram por balanco para a conta do anno economico de 1858 a 1859.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860.—*Correia Caldeira*—*Sampaio*—*Lobo*—*Paiva Pereira*, *Fui presente*, *Blanc*.

Está conforme.—*Secretaria do tribunal de contas*, 5 de junho de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Miguel Severino de Assis Leitão, como recbedor da 1.ª secção do bairro de Alcantara desde 6 de novembro de 1

dade das condições, que se acham patentes nos paços do concelho.

Camara, em 25 de junho de 1860. — O escrivão da camara, *Nuno de Sá Pamplona*.

PRIMEIRO DISTRITO CRIMINAL

Pelo Juízo do direito do 1.º distrito criminal d'esta comarca, escrivão Coimbra, correm editos de sessenta dias, pelos quaes é citado Antonio Pinto, de Oliveira do Conde, que em 1853 era morador em Vialonga, para vir a juízo responder á accusação, que se propõe fazer-lhe o delegado do procurador regio na 1.ª vara, pelo crime de roubo, feito a seu amo, José Maria Restolho, em 10 de junho do referido anno, e não comparecendo, findo o referido prazo, proseguir-se-ha nos termos da accusação com o curador que lhe for nomeado, poderá ser preso por qualquer pessoa, e o deverá ser por todo o official publico, e entregue á autoridade judicial mais proxima do local aonde o for. Lisboa, 28 de maio de 1860. — O escrivão, *Antonio Feliciano Coimbra*.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda publicar a taxa das gratificações, que estão marcadas no programma do corrente anno, para os mestres de officinas ou fabricas, ou donos de lojas, que desejarem tomar aprendizes ou caixeiros de entre os alumnos da casa pia, que estão nas circunstancias de receber aquelle destino.

As ditas gratificações são de tres classes: 20\$000 réis, 25\$000 réis, 30\$000 réis. Serão fixadas segundo as circunstancias do alumno, e a natureza do aprendizado a que elle se destinar, e pagas no fim do primeiro anno do aprendizado.

No fim do segundo anno do aprendizado pagar-se-ha metade das gratificações, que se houver fixado para o primeiro anno d'elle.

Os alumnos levam tambem o seu futo, e a roupa do seu uso, e em certos casos cama.

As pessoas, que desejarem quaesquer outros esclarecimentos a este respeito, poderão dirigir-se ao director da casa pia, que lhos poderá prestar.

A administração julga que o conhecimento d'estas circunstancias, junto ao que pelos annuncios anteriores já tem levado ao conhecimento do publico com a verdade e a franqueza com que se lhe deve fallar sempre, continuará a promover a saída dos orphãos d'esta casa, tão necessaria para se ultimar a execução das disposições reclamadas para a salubridade d'ella, e tão util por este modo, que dá aos alumnos um destino conveniente.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE COIMBRA

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Coimbra, no mez de maio de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE COIMBRA						
De posta interna.....	106	—	4	1	—	—
Do reino e ilhas.....	17:177	9:964	253	288	2:032	24
De Hespanha.....	—	—	68	79	—	—
D'além dos Pyreneos.....	—	—	14	236	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	1	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	16	2	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	5	24	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	283	24	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	18:447	8:367	353	107	1:848	19
Para Hespanha.....	—	—	60	—	—	—
Para além dos Pyreneos.....	20	4	—	26	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	18	140	1	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	148	172	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	2	—	—	—	—	—
No mez de maio de 1859 o movimento da correspondencia foi de.....	35:918	18:647	1:062	810	3:880	43
	35:500	17:549	1:081	855	4:187	79

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 4 cartas e o jornal de posta interna, não sellados, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueados, as primeiras com o selo de 25 réis, e o ultimo com dois sellos de 5 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sellos existe para expedir 1 carta para o Brazil por navios.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Coimbra, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Coimbra, em 31 de maio de 1860. — O administrador, *Augusto Cesar de Souza*.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 25 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

A meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estavam presentes 75 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração:

Do sr. Feijó, de que não assistiu ás sessões de 22 e 23 do corrente por incommodo de saúde.

Inteirada.

EXPEDIENTE

1.ª Uma representação da camara municipal de Satão, pedindo a criação de uma comarca no seu concelho. — A comissão de estatística.

2.ª Da camara municipal de Penafiel, desaprovando a criação de uma comarca no concelho de Paredes, como propõe a comissão de estatística.

— Pica sobre a mesa para ser attendida na discussão do respectivo projecto.

3.ª Da camara municipal de Abrantes, pedindo a construção de uma ponte no Tejo, em frente d'esta villa, e autorisação para contrahir um emprestimo para fazer esta obra, se o governo a não fizer.

— A comissão de administração publica, ouvida a de obras publicas.

4.ª Da camara municipal do Sardoal, pedindo que passe por esta villa a estrada de Castello Branco a Abrantes, offerecendo 1:000\$000 de réis em serviço de braços para a mencionada estrada. — Ao governo.

5.ª Da camara municipal de Villa de Rei, para que a estrada de Castello Branco se dirija principalmente a Abrantes do que a Thomar. — Ao governo.

6.ª Dos professores de instrução primaria da cidade de Braga, pedindo que os seus ordenados sejam equiparados aos dos professores da capital. — A comissão de instrução publica.

7.ª Das religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição de Chaves, contra a proposta para a desamortisação dos seus bens. — As comissões eclesiastica e de fazenda.

8.ª Das religiosas do mosteiro de S. Bento da cidade de Vizeu, no mesmo sentido que a antecedente. — As mesmas comissões.

9.ª Dos moradores do concelho de Terras do Bouro, pedindo uma lei interpretativa e declaratoria do artigo 3.º da lei de 22 de junho de 1846. — A comissão de foraes.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

Belem, 25 de junho de 1860. — O director, *Francisco de Paula Heitz*.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

O conselho de saúde naval e do ultramar precisa contratar, mediante condições que serão patentes aos concorrentes, o fornecimento de pão alvo, azeite de oliveira, carne de vacca, e generos de mercearia, para dietas dos doentes do hospital da marinha, durante o semestre que decorre de julho a dezembro do presente anno. As pessoas a quem possa convir tal fornecimento queiram comparecer no mesmo hospital no proximo sabbado 30 do corrente.

Hospital da marinha, 23 de junho de 1860. —

Dr. Francisco Frederico Hopffer, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete de Inglaterra está á vista recebido-se hoje á uma hora e dez minutos da tarde: a mala chegou ás quatro horas: a correspondencia começou-se a distribuir ás cinco horas e cinco minutos: a pequena posta saiu ás seis.

Em 23 de junho de 1860.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, á 30 do corrente, para o Rio de Janeiro, o brigue *Assombro*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, em 25 de junho de 1860. — O administrador, *Luiz José Botelho Seabra*.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Alexandre Herculan, Antonio José Pastor — Bernardo Soares — Commandante da guarda municipal — Directores da companhia *união mercantil* — Francisco André Redondo, Francisco Martins Pulido — Jacinto José Vieira Nobre, Joaquim Pereira de Castro, Joaquim Victorino Fernandes, José Dias, José Valério — Marquez das Minas, Marquez de Vallada, Maria Claudina — Paula Thereza de Jesus Velloso — Redacção do *Parlamento*, Redacção da *Politica Liberal* — Visconde de Algeis.

Para Anvers

Redacção dos *Annales de la société de médecine*. — Administração central do correio de Lisboa, em 25 de junho de 1860.

Porto, entende que é um assumpto que a commissão pôde resolver immediatamente, apresentando uma medida geral que os comprehendam a todos, dando o governo tambem o seu assentimento a este respeito.

Por consequencia insiste com a commissão de guerra para que dê o seu parecer sobre o monte pio militar, assim como em relação aos sargentos que servirão a junta do Porto, e que estiverem fóra do serviço; e insiste igualmente com a commissão de administração publica para que dê o seu parecer sobre o projecto que apresentou para as irrigações.

Manda tambem para a mesa uma nota renovando a iniciativa de um projecto de lei, a respeito de caminhos vicinas.

O sr. *Abrantes*: — tendo ha bastantes dias pedido a palavra, sente que lhe caiba hoje, não estando presente o sr. ministro da marinha, no entanto sempre dirá alguma cousa, esperando que s. ex.ª, depois de ler o *Diario*, haja de tomar as providencias que julgar opportunas.

Chama a attenção do governo sobre a inconveniencia da ordem dada pelo governador da ilha de S. Thomé, ao administrador do concelho Brando, para por um mandado serem intimados o presidente e mais membros da commissão do recenseamento, para se reunirem no palacio do governo para ali funcionarem.

Que o decreto de 30 de setembro de 1852 lá marca o local aonde se devem fazer essas reuniões, e achando elle, orador, bastante inconveniencia em que os governadores influem nos trabalhos das commissões do recenseamento, entende que é necessario que o governo por uma portaria extranha ao governador o seu procedimento em quanto ao facto relatado, e á maneira porque se intimaram os membros da commissão, que foi por um mandado datado de 28 de junho de 1859, assignado pelo ex-administrador do concelho, Francisco de Alva Brandão.

Tambem não pôde deixar de dizer duas palavras acerca da morte do administrador do concelho da ilha de S. Thomé, Joaquim da Silva Mattos, digno empregado, que foi despachado pelo sr. Ferrer, e que segundo as noticias que elle, orador, recebeu da ilha de S. Thomé, sabe que aquelle digno empregado mereceu as sympathias de todos os habitantes serios, e que se julgam muito felizes, quando têm autoridades intelligentes, e que lhes fazem justiça como era o sr. Mattos. Que este empregado morreu no dia 25 de abril ultimo, tendo estado doente apenas vinte e cinco horas, independente das febres que já tinha tido, como costumam ter todos os individuos quando de novo chegam á ilha de S. Thomé.

Porém, o que elle, orador, achou notavel, foi que no dia 24 de abril foi o dito Mattos para a sua repartição de perfeita saúde, ali bebeu um copo de agua, e logo depois teve um ataque de vomitos que encheram uma bacia de lavar, e lhe começaram fortes convulsões, e no dia seguinte era um cadaver!

Segundo as noticias que recebeu de S. Thomé, lamentando todos a falta d'aquelle digno empregado, e a maneira por que acabou os seus dias, todos tiveram grandes apprehensões de que aquella morte não foi natural; e julga-se que o sr. Mattos foi envenenado.

Parece-lhe indispensavel que o governo mande tirar um summario sobre este acontecimento, e que dê providencias para que em casos identicos seja o estomago, dos que morrem de repente, recolhido n'um vaso ou vidro hermeticamente fechado, e seja remetido para Portugal para aqui se fazer a competente analyse, para a qual podem muitas vezes faltar em S. Thomé os elementos necessarios.

Orilla, no fim de alguns annos, mandando desenterrar o cadaver de um amigo, descobriu que elle tinha morrido envenenado, e foi a causa do castigo dos culpados.

Tambem elle, orador, desejava, em nome da moralidade e da justiça, que fossem castigados os culpados, se a morte do administrador do concelho Joaquim da Silva Mattos foi devida ao veneno.

Se s. ex.ª o sr. ministro da marinha estiver presente, desejaria saber que providencias tem s. ex.ª tomado sobre os factos por elle, orador, apontados na sessão de 5 de maio ultimo, publicados no *Diario de Lisboa* n.º 104; e tambem desejaria saber se há de ser ou não cumpridos na provincia de S. Thomé os decretos de 18 de dezembro de 1854 sobre a venda das roças do estado; e o de 25 de outubro de 1849 sobre a moeda que deve correr n'aquelle provincia; e chamaria a attenção de s. ex.ª sobre outros pontos que elle, orador, julga importantes; como porém espera na quarta-feira ter uma conferencia com o sr. ministro da marinha, por isso, e para não abusar da paciencia da camara, nada mais dirá, confiando em que s. ex.ª ha de com justiça resolver todos os negocios da provincia de S. Thomé que se acham pendentes, alguns dos quaes reclamam uma prompta decisão.

O sr. *Henriques Secco*: — na sessão de 19 do corrente apresentou o sr. deputado Lopes Branco um projecto de lei para ser dado o castello de Montemor á camara respectiva; e como sobre o objecto, elle orador, tivera a honra de offerecer tambem á camara um similhante projecto na sessão do anno passado, que para na commissão de administração, pedia hoje fosse publicado no *Diario de Lisboa*, quando o for o nosso deputado por o circulo da mesma villa.

Mandava para a mesa uma proposta para occorrer ao preenchimento das vagaturas, visto que a commissão respectiva se não tinha antecedido a dar parecer sobre ellas.

Tambem mandava dois requerimentos pedindo esclarecimentos diversos ao governo pelos ministerios da justiça, e obras publicas, e por fim um novo objecto o fará agora occupar a camara por alguns momentos, que de ha dias tinha reservado para quando estivesse presente o sr. ministro do reino, mas como s. ex.ª não tem vindo a horas, aproveitaria a presença do sr. ministro da fazenda.

Que cumpria pois hoje a grata incumbencia de apresentar á camara uma representação dos povos de diversas freguezias pertencentes aos tres concelhos de Coimbra, Cantanhede e Mealhada, na qual elles pugnavam por um objecto mais caro do que todos os fôros de cidadãos livres, porque se tratava da saúde publica ameaçada gravemente pela danosa cultura do arroz.

As circunstancias do successo que motivou a representação vinham n'esta exactamente descriptas, mas apesar d'isso para conhecimento da camara fa-ebosca-las em breves momentos.

Que começando a generalisar-se a cultura do arroz no districto de Coimbra ha nove para dez annos, pelos muitos lucros que dava, nos annos de 1853, 1854 e 1855, entregaram a ella muitos terrenos do valle do rio Cavalheiros; mas que a perniciosidade de similhante cultura foi logo patente nos dois primeiros annos para todos os povos circunvizinhos, muitos de cujos habitantes pereceram, e outros soffreram longas enfermidades, pelo que em 1855 a animadversão publica era já tanta que os povos se abalancaram a fazer justiça pelas suas mãos, destruindo elles mesmos as sementeiras já feitas, com o que obviaram a que se repetissem até ao anno presente.

No anno corrente porém, poderam os cultivadores do arroz, que seja dito de passagem são muito poucos em numero, e residentes longe das terras que fabricam, obter licença da autoridade administrativa, e por virtude d'ella foram renovar as legítimas causas da queixa dos povos, os quaes

agora melhor aconselhados não invadiram as propriedades cultivadas, mas limitaram-se a não deixar fabricar pantanos artificiaes com as aguas extrahidas do rio ou valla publica de Cavalheiros, porque cumpre dizer-lhe já, só por este meio podem obter pingues colheitas, visto que os terrenos arrosados não têm em si esse indispensavel elemento de produção.

Privados assim os cultivadores do arroz de poder levar o seu proposito por diante, recorreram á autoridade, e então o administrador do concelho de Coimbra julgára bom e legal ir ao local da derivação das aguas na companhia dos donos do arroz e por jornalheiros d'estes, tirar a agua para as sementeiras, concluido o que, muitos do povo que ali foram dar trataram de se desforçar mettendo outra vez as aguas para a valla de derivação, não crendo que por isso offendessem a autoridade no mais leve ponto, porque não havendo reconhecido o administrador do concelho, julgaram ser algum cavalheiro com conhecimentos de hydrographia, amigo dos donos do arroz, que ali fosse para os coadjuvar nos trabalhos da direcção das aguas, juizo não destituído de probabilidade, visto que a todo o momento esperam os povos os engenheiros hydrographicos que o governo tem a mandar, quando se resolver dar á execução a lei de 12 de agosto de 1856.

Que o administrador do concelho se retirára então para Coimbra, e irritado como é natural, encaçegara o desforço dos povos em resistencia á sua autoridade, procedera a inqueritos, remetters-os ao judicial, e a final obtida ali a pronuncia de diversas pessoas, fóra a Vil de Mattos com cavallaria e infantaria fazer-lhe a captura, como de facto o conseguiu a respeito de algumas, obrigando as restantes ao homisio.

Estes os factos, agora a sua rapida apreciação, na qual diria já que resalvava a honra e boas intenções do administrador do concelho e do secretario geral, servindo de governador civil de Coimbra, porque visava não a offender estes magistrados, mas a defender os povos, por quanto a justiça incontestavelmente os favorecia, e somente por amor d'esta fallava.

Que para regular a cultura do arroz havia o governo promulgado já muitas providencias, como são as portarias de 16 de outubro de 1851, 28 de junho e 5 de julho de 1852, 12 de maio de 1855, e 16 de maio de 1859, e o proprio governo civil de Coimbra nos seus editos de 27 de novembro de 1851 e 19 de março de 1855, alem das que mais haverá, e não lhe são agora presentes, mas que nenhuma d'ellas autorisa, ao contrario, prohibem a cultura na proximidade das povoações, pelo que se não observaram essas justissimas providencias, dando agora autorisação para semear o arroz, autorisação que devia meditar-se desde que se sabiam os casos funestos que já tinha produzido n'outra epocha e as desordens a que deram lugar.

E o peor era que elle não constava ainda que a autoridade tivesse já cassado as licenças dadas, tendo essa facilidade e obrigação e não devendo hoje restar a menor duvida de que ellas eram illegaes, mas que esperava o fossem em breve, pelo credito da administração publica, porque confiava na prudencia do secretario geral, servindo de governador civil, de quem não podiam ser desconhecidas as informações do parcho de Vil de Mattos, e tambem do regedor respectivo, que lhe consta haverem-se com muita honra, e amor do bem publico.

Dado que fossem legais e regulares as licenças, que o não são, mesmo assim lhe parecia haver irregularidade no procedimento administrativo ulterior. Que ellas não levam a clausula de ser a autoridade publica obrigada a garantir as correntes das aguas aos cultores do arroz, pelo que se estes se criam offendidos pelo desforço dos povos, era ao magistrado judicial que deviam recorrer para decidir do direito, e obrui de mero facto e sem direito a autoridade publica que n'isso se ingeriu.

Que esta mesma conclusão mais se prova, sabendo-se que o rio de Cavalheiros é affluente do rio dos Tornos ou de Roão, e ambos elles do Mondego, cuja jurisdição pertence á junta administrativa, que já a deverá ter reclamado se faz o seu dever, jurisdição que não pôde essa autoridade declinar, porque se não se engana, ella já tem cumprido ordens da mesma junta.

E quando fóra caso de distribuição de aguas, que não é, ainda assim o arbitrio era patente, porque ella faz-se *pro rata* dos predios e ovidos todos os interessados, o que não se praticou, dando a agua toda aos cultores do arroz.

E tudo o que dizia mais procede, sabendo-se que os povos estão na antiquissima posse de fazer as derivações das aguas, de que agora se trata, porque esse é o meio de obviarem á inundação causada nos seus predios e nas estradas publicas, e até para isso houve accordos da antiga camara de Ançã. Que á vista d'isto o chamado crime de resistencia é um verdadeiro sonho, porque ha illegalidade no acto da autoridade, legalidade no desforço dos povos, mas que em abono d'estes diria ainda, como já disse, que não reconheceria o administrador do concelho quando ali foi, e nem isso admira, porque elle não fez chamar o regedor e cabos de policia para verificar a sua identidade, o auxiliarem e poder mandar em nome da lei, circunstancias indispensaveis, porque muitos ha que têm usurpado o nome da autoridade publica que não exercem.

Apesar de tudo cidadãos pacificos fazem em ferros, e até mulheres, e o maior numero anda homisado, estando por isso povoações inteiras apertadas no duro dilema, ou de se deixarem empestar e morrer no meio dos arroses, ou de caírem sob o jugo administrativo, e serem processadas como criminosas, se procuram salvar a vida! Era esta a sorte de gente honesta, pacifica e laboriosa!

Estes males deviam-se em parte á tão promettida lei reguladora da cultura do arroz.

Mandava pois para a mesa a representação a que alludira, e com ella duas certidões de dois dignos parochos, para provar a grande mortalidade que houvesse entre os povos queixosos, e a deficiência de nascimentos, graças ao estado moribundo das populações, que n'ellas se notava algum desafogo contra os cultores do arroz, e mesmo contra antigas autoridades, mas era isso desculpavel, pelo menos elle, orador, não se queixava do que ali se dizia, quanto á facilidade das licenças, pelo appetite dos emolumentos, porque das que passára, bem a seu pesar, quando autoridade, nenhuns percebera, e até no edital de 27 de outubro de 1851, que já referira, fizera consignar o serem ellas gratuitas, porque não gosta de justiça paga directamente pelas partes, disposição que o governo não approvou, mandando que por ellas se levassem emolumentos.

Mas como as providencias que na representação se pedem, pendem do governo, que não da camara, elle, orador, pedia que impressa que fosse a alludida representação, se mandasse depois ao governo com as certidões juntas para fazer cumprir as leis e regulamentos actuaes, em todo o seu rigor e justiça, porque de lei e não de favor precisam os povos.

Esperava que o governo assim o faria.

O sr. *Mendes de Vasconcellos*: — Manda para a mesa um requerimento da camara de Peniche, no qual pede que aquella villa seja elevada a cabeça de comarca.

Os fundamentos d'este pedido são exarados no requerimento por modo tal, que nada lhe é licito acrescentar; sobreseja porém o ultimo, a maior parte

dos habitantes de Peniche são pescadores, empregados de artes de pesca e commerciantes de pescarias; n'esta profissão tão util quanto trabalhosa a falta de algumas horas importa muitas vezes prejuizos irreparaveis. Ora desde 1835 que Peniche deixou de ter juiz de fóra; são aquelles habitantes obrigados a ir á cabeça da comarca quando jurados, testemuhas etc., e têm por isso soffrido graves prejuizos e incommodos.

De mais sendo aquella praça o mercado principal dos povos circunvizinhos, ali vêm elles abastecer-se quasi diariamente, e muito menos incommodo será para aquelles povos o servirem ali a justiça, do que aos habitantes de Peniche que só de proposito e para aquelle fim têm de ir a Obidos ou a Lourinhã.

Roga pois ao sr. presidente, se sirva dar a este requerimento o destino que melhor convenga para que esta camara o tome na devida consideração.

O sr. *Rafão*: — manda para a mesa um requerimento pedindo sessões nocturnas para se discutirem os projectos da commissão de estatística.

O sr. *Mamede*: — manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Vallongo, pedindo a criação de uma comarca judicial na villa de Vallongo.

O sr. *Feijó*: — apresenta um requerimento das religiosas de Lórvão, pedindo que se não verifique a desamortisação dos bens das freiras, e que sejam permitidas as profissões religiosas.

O sr. *Neutel*: — manda para a mesa uma representação da camara municipal de Silves para que seja conservado o lyceu de Faro, modificando-se o projecto de lei publicado no *Diario de Lisboa* de 24 de maio, por ficar o Algarve muito distante de Evora; para que o seu lyceu fique na qualidade de collegio, porque fica privado de muitas disciplinas, e sujeito á inspecção e administração do lyceu de Evora.

E manda igualmente para a mesa uma representação da camara municipal de Póvoa de Nova, pedindo que se ligue Coimbra com o alto Alentejo passando a estrada pelo Porto de Lenheiros, por ser muito concorrida e ir na conformidade do pedido da camara de Mação.

O sr. *Arrobas*: — pergunta ao sr. presidente quando é que se verificam as interpelações.

O sr. presidente: — diz que terão lugar no fim da sessão, se houver oportunidade para isso.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 17 SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PESSOAL

O sr. Presidente: — continua a discussão do artigo 4.º

O sr. *Pinto Coelho*: — tem de mandar para a mesa uma emenda ao n.º 2.º do artigo 4.º

Não pôde de maneira alguma concordar com as idéas que na ultima sessão em que se tratou d'este projecto emittiu o sr. José Estevão. Se por ventura se persuadem de que tornam mais barato o aluguer das segas pelo imposto nas cavalgaduras e segas particulares enganam-se, porque o que se faz por esse meio, é que muitos particulares hão de deixar de ter segas, e terão de a ir alugar; e quanto maior for a procura, tanto maior ha de ser o preço de alugar.

A razão da excepção que aqui está, não pôde ser aquella que apresentou o sr. José Estevão. A razão da lei é, como o imposto industrial é lançado á industria, e como qualquer dos trens de aluguer não se pôde verdadeiramente chamar tal, sem ter cavallos para o conduzir e individuos para guiar os cavallos, a collecta vem a recair sobre o imposto de todos estes diferentes elementos, que podem servir á viação. Mas esta razão milita tambem a favor dos trens particulares, porque as segas não são necessarias, se não estiverem nas cocheiras os cavallos, o não havendo quem os dirija.

O principio de que é preciso augmentar o imposto, porque elle vem a recair sobre pessoas ricas, porque só estas é que podem ter segas e cavalgaduras suas, por isso que um medico, um cirurgião, um advogado, e todas estas diferentes profissões não poderão ter estas commodidades, se não tiverem meios, se não tiverem uma maior clientela para as sustentar, não o pôde admitir; e senão deseja que se lhe diga qual o motivo porque se ha de proteger só a industria do aluguer, e não as outras?

As vias de communicação foram só feitas para os alugueres? Entende que não; e sendo o beneficio dado á coisa e não á pessoa, não pôde fazer differença entre os trens particulares, e os que são para alugar, e n'este sentido entende que deve ser approvada a emenda que na sessão antecedente mandou para a mesa.

O sr. *Nogueira Soares*: — a razão porque n'esto n.º 2.º do artigo 4.º se exceptuam apenas os bolieiros ou cocheiros de segas de aluguer, não foi a que o nobre deputado julga, foi unicamente porque as segas de aluguer estavam já tributadas pelo imposto industrial, e não deviam se-lo tambem pelo pessoal, porque o imposto industrial comprehende creados, cavalgaduras e as emruegens, ao mesmo tempo o n'um paragraho do relatório d'este projecto se diz que este imposto foi expurgado de tudo quanto era imposto industrial.

Antes d'esta reforma proposta pelo governo, os creados das carruagens pagavam do mesmo modo, que as carruagens fossem particulares, que fossem de aluguer. Entendeu-se porém, reformando-se essa legislação, que não devia o imposto chamado pessoal continuar a recair sobre uma classe que pagava já o imposto industrial, e por isso foram exceptuadas as carruagens

os cavallos, eguas ou muare que se empregarem no continuado serviço e uso de agricultura, ou no transporte de seus productos.

Esta emenda ou substituição é quasi exclusiva da provincia do Minho. Ignora se se dá o mesmo nas mais partes; mas nos concelhos mais ao norte do Minho, como Soajo, Castro Laboreiro, e Lindoso, tanto a exportação como a importação dos productos é feita em cavaladuras.

Do n.º 4.º propõe a isenção de direitos nos cavallos e eguas que não excederem 1.º, 25 de altura.

Julga que a commissão tem alguma repugnancia em accitar esta substituição, porque entende ser uma porta aberta para o abuso; mas o abuso evita-se, se os escriptores de fazenda tiverem a espeziza e intelligencia necessarias para a boa execução da lei, e a dispensa do imposto nas cavaladuras, que não excederem esta altura, é importante para os pequenos lavradores, industrias e artistas mesmo, que muitas vezes têm de se transportar de um ponto a outro distante, em consequencia da falta de caminhos vicinas, tendo necessidade de sustentar um cavallo que muitas vezes não valerá a taxa que se lhe impõe no projecto.

Do n.º 5.º propõe que sejam exceptuadas do imposto as eguas destinadas á criação, os poldros e muare até quatro annos completos, e os cavallos de padreação.

Segundo a legislação antiga, os escriptores de fazenda não entendiam que eram eguas de criação senão aquellas que tinham ao lado os fillos como demonstração de que deviam ser consideradas como taes, quando todos sabem que é facilissimo conhecer as eguas destinadas a criação. O seu fim, apresentando esta proposta, não é que a fazenda seja illudida, mas sim que o lavrador que tem uma egua para criação, por um sinistro qualquer que não esteve na sua mão evitar, e que impediu que a egua tivesse fillos, ser por isso sujeito ao imposto.

Em virtude pois das considerações que tem apresentado manda a mesa a seguinte proposta:

«Proporho, para serem comprehendidos nas excepções do n.º 1.º do artigo 3.º com a conveniente collocação:

1.º Os cavallos, eguas ou muare que se empregarem no serviço effectivo de qualquer fabrica, ou industria, ou no transporte de seus productos.

2.º As cavaladuras de carga dos commerciantes ambulantes.

3.º Os cavallos, eguas ou muare que se empregarem no continuado serviço e uso da agricultura, ou no transporte de seus productos.

4.º Os cavallos e eguas que não excederem 1.º, 25 de altura.

5.º As eguas destinadas á criação, os poldros e muare até quatro annos completos, os cavallos de padreação.—*Rocha Peixoto.*

É admittida á discussão.

O sr. Azevedo Pinto:—sendo o seu fim, que se exceptuem da contribuição todas as cavaladuras de carga, e tendo sido previsto em tudo que tinha a dizer pelo sr. Rocha Peixoto, limita-se a mandar para a mesa a seguinte proposta:

Como emenda ao n.º 4.º do artigo 5.º proponho a eliminação das palavras —dos moidos, dos almocores, dos padeiros, dos recoveros e outras analogas profissões— ficando só as palavras —as cavaladuras de carga.—*Azevedo Pinto=Joaquim Cabral=Visconde de Pinella=Domingos de Barros Teixeira da Motta=L. de Abreu=Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu=Julio do Carvalho.*

É admittida á discussão.

O sr. Araújo Mascarenhas:—sabe por experiencia que um dos tributos que mais mal recebido é nas provincias, é o que recae sobre a cavaladura que cada lavrador tem para seu uso pessoal; tem sido esta uma questão eterna nas provincias.

Em alguns concelhos tem conseguido os lavradores que os escriptores de fazenda lhes tenham isentadas estas cavaladuras do imposto, mas em outras não. No districto de Beja todos os annos subiam alguns recursos de lavradores por esta causa ao conselho de districto; estes recursos eram quasi todos informados pelos escriptores de fazenda a favor dos lavradores; e o conselho de districto, este tribunal, a que se chamou aqui já escandaloso, decidia sempre contra o parecer dos srs. escriptores de fazenda e a favor do fisco; isto é, quasi todos os recursos eram informados contra a disposição da lei pelos srs. escriptores de fazenda, e era o conselho de districto quem fazia justiça, isto é, quem decidia segundo a lei, e por consequencia a favor do fisco.

Para evitar, pois, todas as duvidas, e por assim o entender de justiça, apresenta o seguinte additamento:

«Proporho que se acrescente—comprehendendo-se n'esta excepção a cavaladura que cada lavrador tiver para seu uso pessoal.—*Araújo Mascarenhas=Calça e Pina=Infante Pessanha=Rocha Peixoto=F. Coelho do Amaral=A. Pequito Seixas de Andrade=Mariano Joaquim de Sousa Feio=Gomes de Castro.*

É admittida á discussão.

O sr. Vaz da Fonseca:—manda para a mesa a seguinte emenda ao n.º 2.º do artigo 5.º, e nada diz sobre ella, porque já tem sido prevenido por outros srs. deputados.

«Os cavallos, eguas, ou muare do serviço pessoal do proprietario que se empregue na industria agricola, e que, etc. etc.—*Vaz da Fonseca=L. L. Mousinho de Albuquerque=L. A. Rebello da Silva.*

É admittida á discussão.

O sr. Henriques Secco:—manda para a mesa uma proposta, e em sustentação d'ella dá como reproduzidas todas as razões que em uma das sessões passadas apresentou á camara, para mostrar a necessidade em que estava de não poder dar o seu assentimento a nenhuma das propostas de augmento ou elevação de tributos, que o governo trouxe á camara.

Mas como é um facto não só a apresentação d'essas propostas, mas a approvação já de parte d'ellas, pede licença para dizer alguma cousa com relação á que actualmente se discute.

Tratando-se de uma lei sumptuaria, o imposto deve recair unicamente sobre objectos de luxo, e deve admittir-se a idea de poder eximir-se do imposto aquelle que se prive do objecto sobre que elle recae; por consequencia o additamento que propõe a este artigo é demasiadamente justificado.

Propõe a isenção do imposto nas cavaladuras dos parochos, clínicos e veterinarios, e ao mesmo tempo do vehiculo com a competente parrelha, de uso do prelado diocesano, porque não se podem considerar como objectos de luxo, mas sim de pura necessidade. Os povos interessam em ter os clínicos ao pé da porta, e por consequencia, quando o medico ou cirurgião more a alguma distancia, deve ter uma cavaladura que o transporte de prompto á cabeceira dos doentes. A mesma razão se dá a respeito dos parochos e coadjutores para que possa ser prompta a administração dos sacramentos.

Em quanto ao vehiculo dos prelados diocesanos, alem de haver uma certa decencia em não sujeitar ao fisco esta entidade ecclesiastica, ha uma outra razão que justifica a sua emenda. A caridade é uma virtude christã; e os nossos prelados e o clero em geral não são avaros a ella; mas para que melhor a possam exercitar, cumpre não lhes cercar os rendimentos; por consequencia com a sua proposta vale tornar uma verdade o preceito de que os bens da igreja são dos pobres.

A eliminação que propõe do artigo 9.º funda-se

na iniquidade da disposição que aquelle artigo contém, quando torna responsavel pela quota que recae sobre a habitação das casas, não só o dono do predio pessoalmente, mas o mesmo predio; de maneira que, pela prescrição d'este artigo, vem a fazenda a ter direito sobre os bens alheios, muito superior áquelle que tem o proprio dono do predio, porque só o tem sobre os moveis do inquilino.

O sr. Presidente:—observa ao sr. deputado, que não estando ainda em discussão o artigo 9.º, seria conveniente que o sr. deputado reservasse as suas observações para a occasião em que o estivesse.

O sr. Henriques Secco:—declara que pedirá em tanto a palavra quando se discutirem os artigos, a respeito dos quaes apresentou mocções.

Lê-se na mesa o seguinte additamento:

«E um cavallo, egua ou muar por cada parochos, coadjutor, clinico (medico ou cirurgião), e veterinario; e uma parrelha com o respectivo vehiculo de duas ou quatro rodas para cada um dos prelados diocesanos.—*Henriques Secco.*

É admittida á discussão.

O sr. Pinto Coelho:—aproveitando as proprias explicações do sr. relator da commissão, vac mandando para a mesa as seguintes emendas:

«Proporho:

Do artigo 5.º n.º 2.º, onde se diz: «que tiverem continuado uso» se diga: «que se empregarem na agricultura».

N.º 5.º As cavaladuras que servirem ao uso de qualquer profissão sujeita á contribuição industrial.

Art. 6.º E os que servirem ao exercicio de qualquer profissão sujeita á contribuição industrial.—*Pinto Coelho.*

(Continuando) segundo disse o sr. relator, a idea da commissão é excluir d'este tributo tudo que pagar contribuição industrial. Mas um cirurgião de partido que tem de percorrer quatro ou cinco freguezias, não pôde corre-las a pé; para poder cumprir precisa de ter uma cavaladura, e por consequencia esta é indispensavel para o exercicio da sua profissão. Um medico em Lisboa que tem uma grande clientela, e por isso paga a taxa industrial da 1.ª classe, é impossivel exercer a sua profissão no grau em que é collectado, senão tiver um vehiculo para que possa ir visitar os seus doentes, e se o não tiver, não pôde exercer a sua profissão no mesmo grau, e ha de pagar uma collecta menor.

A proposta é admittida á discussão.

O sr. Bivar:—apesar de que alguns srs. deputados já têm apresentado emendas e substituições, umas para que se tornem mais claras as disposições do artigo 5.º, e outras para que as excepções abranjam as cavaladuras que são destinadas para uso de certas profissões que já se acham collectadas; contudo, como pôde acontecer que não estejam comprehendidas todas as hypotheseas, manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que o artigo 5.º seja redigido por forma, que os cavallos, eguas ou muare destinados ao desempenho de qualquer industria, collectados pela lei de contribuição industrial, fique comprehendidos nas excepções d'este artigo.—*Bivar.*

É admittida á discussão.

O sr. Calça e Pina:—o numero 4.º do artigo 5.º contém a excepção relativamente ás cavaladuras de carga. Mas esta expressão —de carga— parece que vae de algum modo lebar uma grande quantidade de individuos, a quem contudo deve aproveitar a excepção, porque parece referir-se só ás cavaladuras que conduzem cargas sobre o corpo, e a commissão não se lembrou dos transportes de rodas, pois que na provincia do Alentejo os almocores já não têm cavaladuras, mas sim carros. Por consequencia manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que se acrescente—comprehendendo-se n'esta excepção a cavaladura que cada lavrador tiver para seu uso pessoal.—*Araújo Mascarenhas=Calça e Pina=Infante Pessanha=Rocha Peixoto=F. Coelho do Amaral=A. Pequito Seixas de Andrade=Mariano Joaquim de Sousa Feio=Gomes de Castro.*

É admittida á discussão.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—manda para a mesa o seguinte additamento, que se pôde dizer que está comprehendido no do sr. Bivar, mas apresenta-o para o caso d'aquelle não ser approvedo:

«Proporho que ao artigo 5.º se addicione a excepção seguinte—os cavallos, eguas ou muare de serviço pessoal de negociantes de bois, porcos ou outros que são pela natureza do seu trafico forçados a percorrer feiras.—*F. L. Mousinho de Albuquerque=José da Encarnação Coelho.*

É admittida á discussão.

O sr. Mello Soares:—depois da multiplicidade de emendas que tem sido apresentadas, quasi que se torna desnecessario mandar para a mesa mais algumas; todavia, entende que é conveniente que o artigo seja declarado, e n'este sentido manda para a mesa as seguintes propostas:

«N.º 2.º Os cavallos, eguas ou muare que principalmente se occuparem na agricultura ou na industria.

«3.º As eguas de criação, os poldros até quatro annos completos, os cavallos empregados na padreação.

«4.º As cavaladuras de carga ou transporte.—*Mello Soares=Bivar=Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu=Julio do Carvalho.*

São admittidas á discussão.

O sr. Nogueira Soares:—declara, por parte da commissão, que accita a proposta do sr. Mello Soares ao n.º 2.º do artigo 5.º, para que em lugar de se dizer «os cavallos, eguas ou muare, que tiverem continuado uso na agricultura», se diga «os cavallos, eguas ou muare, que se empregarem principalmente na agricultura»; bem como outra proposta que foi apresentada, para se comprehenderem n'esta excepção aquelles que se empregarem tambem principalmente na industria.

Accita tambem a proposta do sr. Rocha Peixoto, para que o n.º 3.º, onde se diz «as eguas de criação» se diga «destinadas á criação», para tirar duvidas, com quanto já se devesse entender que eram só as destinadas á criação, embora tivessem crias ou não.

E, da mesma forma, accita a eliminação proposta pelo sr. Mello Soares, na ultima parte d'este n.º, em que se diz, referindo-se aos cavallos destinados á padreação, «na proporção de um por dez eguas que tiver o mesmo proprietario», em attenção a que em muitas provincias de Portugal não se dá o caso de haver um proprietario a quem podesse aproveitar esta excepção.

Com relação ás emendas offerecidas ao n.º 4.º ha varias emendas para comprehender as cavaladuras, que os proprietarios têm para seu uso. Accitando a idea, entende que este n.º 4.º deve ser redigido pura e simplesmente da maneira seguinte: «as cavaladuras de carga e de transportes», eliminando-se o resto do artigo.

São estas as emendas que a commissão admittiu, e com quanto lhe custe, porque tem sempre desejo de condescender com os illustres deputados, não pôde ir a mais, por isso que destruiu o sistema da lei.

E n'este sentido propõe que as diferentes emendas sejam todas remetidas á commissão, para ter em conta na redacção aquellas a que acaba de se referir.

Por esta occasião não pôde deixar do dizer ao sr. Pinto Coelho, que nas excepções que se estabeleceram, a commissão e o governo foram muito alem

da legislação anterior, e de modo que esta lei em lugar de ser fiscal é liberal; mas não pôde accitar a distincção que o illustre deputado quer fazer entre cavaladuras propriamente de commodo pessoal, e outras não servindo ao commodo pessoal, porque essa distincção é difficil de fazer na pratica.

Igualmente não pôde accitar a distincção fundada na altura das cavaladuras, que não existe na legislação de 1851, e que foi proposta por outro illustre deputado.

O sr. Pinto Coelho:—em primeiro lugar parece-lhe que não está clara a disposição do n.º 1.º do artigo, com quanto esteja persuadido de que a intenção da commissão, dizendo «as cavaladuras, eguas e muare que tiverem praça no exercito, e as das pessoas a quem o estado as conceda ou obriga a ter para desempenho dos seus cargos» foi exceptuar um certo e determinado numero e não todos os que as tenham; e devendo combinar-se os interesses do fisco com os dos contribuintes, deseja que a este n.º se dê outra redacção.

Em segundo lugar, se se estabelece o principio de que devem ser isentos os vehiculos e as cavaladuras que servem ao exercicio das profissões, desde que se demonstrem que uma profissão não pôde ser exercida em grande sem o auxilio de cavaladuras ou vehiculos, é um absurdo, uma offensa da regra collecta-los. E n'esta parte reproduz o argumento que apresentára com relação aos cirurgiões de partido nas provincias e aos medicos que têm grande clientela nas cidades, observando que a terem de alugar deverá deduzir-se dos proventos da sua industria a importancia dos alugueis, e então diminuir-se-ha a taxa da industria.

Mas se se votar a isenção das cavaladuras que se empregarem principalmente na agricultura e na industria, é preciso que haja igualdade para todas as profissões. Evite-se o abuso por todos os meios, mas não violem a regra em odio a certas e determinadas profissões.

O que disse com relação aos medicos e cirurgiões não se pôde entender com relação aos advogados, aos quaes alludiu um illustre deputado, porquanto podem ir muito bem a pé aos tribunaes.

Entende que o governo lucrava mais em pôr taxas pequenas, porque muitas hão de acabar, e o governo em lugar de receber mais hade receber menos. Está-se no caso do contrabando, ha de augmentar o numero dos trens de aluguer, e a gente que anda a pé, mas não o rendimento para o thesouro; e o que parece é que se querem proteger os aliquidadores.

Por estas razões sustenta a sua emenda, e entende que ella não pôde ser rejeitada, sem se ferir a logica.

O sr. Mello Soares:—acha claro e clarissimo o artigo que o sr. Pinto Coelho classificou de pouco claro, por quanto não se pôde entender que quando a lei diz que isenta do tributo aquelle que tem uma cavaladura que o estado lhe dá, esteja elle isento do pagar por tres ou quatro cavaladuras, mas só por aquella, ou por aquellas que a lei lhe concede.

O sr. Pinto Martins:—requer que a materia se julgue discutida.

É approvedo.

O sr. Nogueira Soares:—pede que as propostas que declarou a commissão accitadas, sejam remetidas á commissão para se contemplar, approvando-se por isso o artigo salvas essas modificações.

O sr. Pinto Coelho:—pede que se submettiam as propostas á votação, porque ha propostas que a commissão accitou e outras que não accitou.

O sr. Bivar:—pede para retirar a sua proposta, visto que o sr. Mello Soares apresentou uma com que se conforma.

A proposta do sr. Secco ao n.º 1.º é rejeitada, e remetidas á commissão aquellas que ella adoptou.

Do n.º 2.º foram retirados pelos seus auctores as dos srs. Vaz da Fonseca e Pinto Coelho, e rejeitada a do sr. Rocha Peixoto. A do sr. Araújo foi igualmente rejeitada.

Do n.º 4.º foi approveda a proposta do sr. Mello Soares, e eliminada a segunda parte do numero como propoz a commissão.

O additamento do sr. Calça e Pina, considerou-se accito salva a redacção.

Additamento do sr. Mousinho rejeitado.

Em seguida é approvedo o artigo 5.º n.º 1.º, 2.º, 3.º e 4.º salva a redacção para se incluírem as emendas adoptadas pela commissão.

Art. 6.º approvedo.

O additamento do sr. Pinto Coelho a este artigo é rejeitado.

O sr. Arrobas:—sequer que se passe ás interpellações, visto que já tinha passado meia hora depois da marcada para ellas terem logar.

O sr. Presidente:—nota que a primeira interpellação do sr. deputado era ao sr. ministro do reino a respeito das recompensas devidas aos relevantes serviços prestados na cidade de Lisboa no anno de 1857, por occasião da febre amarella; porém o sr. ministro do reino não está presente, apesar de se ter declarado habilitado, para responder a esta interpellação; pois que, ex.ª está incommodado de saúde, é por este motivo que não pôde comparecer á sessão de hoje.

O sr. Arrobas:—mas tambem ha interpellações annunciadas por outros srs. deputados ao sr. ministro da justiça.

O sr. Presidente:—porém a que estava annunciada e para a qual havia prevenido o sr. ministro do reino era a que diz respeito ao objecto da interpellação do sr. deputado e acerca da do sr. visconde de Portocarrero com respeito á emigração dos Açores, e não sabe se o sr. ministro da justiça está agora preparado para responder ás que lhe foram annunciadas.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—tem declarado sempre, que vinte e quatro horas depois de ter recebido a comunicação de que se lhe deseja dirigir alguma interpellação está habilitado para responder, assim o está agora para responder ás que lhe foram annunciadas, mas não tem presentes os documentos que possam dizer respeito ás interpellações que por ventura n'este momento se queiram verificar em relação ao ministerio a seu cargo.

Vozes:—continue-se na ordem do dia.

O sr. Presidente:—para terminar este incidente consulta a camara se quer que se passe ás interpellações, ou que se continue na ordem do dia.

Consultada a camara resolve que se continue na discussão do projecto.

O sr. Presidente:—declara que amanhã na ultima hora da sessão se ha de passar ás interpellações a que se referiu, no caso de que esteja presente o sr. ministro do reino.

O sr. Barros e Sá:—propõe que as interpellações tenham logar n'uma hora de prorrogação de sessão.

O sr. Presidente:—é uma proposta que ha de ter segunda leitura. Agora passe á discussão do artigo 7.º

O sr. Nogueira Soares:—por parte da commissão requer que os artigos 7.º, 8.º e 9.º se discutam conjuntamente attenta a conexão que ha entre as suas diferentes disposições.

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Lacerda (Antonio):—manda para a mesa um parecer da commissão de guerra, para ser contado aos officiaes inferiores que serviam a junta do Porto o tempo em que estiveram fora do exercito.

O sr. Rocha Peixoto (sobre a ordem):—deseja saber do illustre relator da commissão, se são isentas da contribuição dos 4 por cento, como o eram pela legislação antiga, as casas onde estão estabelecidos os hospitaes, os estabelecimentos de instrucção publica, as casas dos parochos, as casas que formam parte da dotação dos professores de instrucção primaria, as das camaras municipales, as das freiras; porque tudo isto são casas habitadas, e de seja que a commissão declare muito explicitamente se estão ou não sujeitas á contribuição, se o não estiverem, para propor que o sejam, e se o estiverem para propor que se torne isso bem explicito a fim de que os escriptores de fazenda não vão exercer pressão e vexames contra as pessoas que habitam as casas a que se referiu.

Tambem deseja que sejam eliminadas do artigo 8.º as palavras—ou proprias—pois que entende que o proprietario quando tiver uma casa propria em qualquer localidade, mas que não esteja por elle habitada, não deve ficar sujeito á contribuição. E n'este sentido offerece uma proposta.

Impugna o artigo 9.º, que torna responsaveis os senhores pelas quotas que os inquilinos deixarem de pagar. A legislação antiga tinha esta disposição em relação aos inquilinos declarados insolventes, mas aos que não estão conhecidos ou declarados como taes, não. Portanto, pelas razões que expõe, propõe a eliminação d'este artigo 9.º como injusto, como não tendo logar n'este projecto mas no do credito predial, e como contrario aos principios de jurisprudencia.

Manda para a mesa as propostas que annunciára, e são as seguintes:

1.º Proponho que sejam eliminadas do artigo 8.º as palavras—ou proprias.—*Rocha Peixoto=Zeferino Rodrigues.*

2.º Proponho que seja eliminado o artigo 9.º.—*Rocha Peixoto=Zeferino Rodrigues=Araújo Mascarenhas=Cláudio José Nunes.*

São admittidas á discussão.

O sr. Faria Guimarães (sobre a ordem):—relativamente ao artigo 8.º, como a commissão disse que estava de accordo em não estabelecer o imposto sobre as propriedades que não forem habitadas, elle, orador, não tem nada que dizer a esse respeito.

Deseja que se adopte uma disposição n'esta lei, e em todas que tratem de tributos, pela qual se marque uma epocha fixa e determinada em que os contribuintes são obrigados a ir pagar, para se não verem na necessidade de andar a ver se já estarão os editaes affixados nos logares do costume, ou de ler os annunciados dos periodicos, e a este respeito mandará uma proposta para a mesa.

Em quanto ao artigo 9.º, está convencido de que nem o governo nem a commissão admittirão a proposta do sr. Rocha Peixoto para a eliminação d'este artigo; mas elle, orador, vae propor uma substituição que julga satisfazer os desejos do governo e da commissão, e ás reclamações, que por muitas vezes têm apparecido contra a responsabilidade dos senhores pelas quotas dos seus inquilinos; e não fazia mais do que offerecer os artigos da proposta de lei apresentada em 1856 pelo sr. ministro da fazenda Fontes Pereira de Mello, em relação a esta contribuição, e portanto não vê que haja motivo para ser rejeitada a sua substituição.

Manda para a mesa as propostas a que se refere, e são as seguintes:

Additamento ao artigo 8.º:

«Único. A contribuição pessoal é pagavel aos trimestres em epochas certas.—*Faria Guimarães.*

É admittida á discussão.

Substituição ao artigo 9.º:

«Nos casos de mudança para fora do concelho ou bairro a contribuição pessoal será immediatamente exigida na sua totalidade.

1.º Os proprietarios ou os inquilinos que sublocarem ficam responsaveis pelas verbas da contribuição pessoal que seus inquilinos deverem, se quinze dias antes de findo o arrendamento ou o ajuste verbal não participarem a mudança d'estes ao recebedor do concelho, bairro ou freguezia.

2.º No caso de mudança furtiva, os proprietarios, ou em seu logar os inquilinos, que sublocarem, ficam responsaveis pelas verbas da contribuição pessoal de seus inquilinos, se dentro em cinco dias não participarem ao recebedor a mudança furtiva dos mesmos.—*Faria Guimarães=Chamigo.*

É admittida á discussão.

O sr. Presidente:—vae dar-se conta de uma proposta do sr. Henriques Secco que depois mandou para a mesa.

É a seguinte:

«Artigo 9.º Proponho a eliminação: e não se vendendo, proponho o seguinte § que será 2.º:

«O proprietario exime-se da responsabilidade pessoal e hypothecaria pelo predio, estabelecida n'este artigo, provando que não recebeu a renda do mesmo predio, occupado pelo inquilino, ou o deixa habitar gratuitamente.—*Henriques Secco.*

É admittida.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã, a continuação da que está dada, devendo começar-se pelo projecto de credito predial; e se o sr. ministro do reino vier á camara terão logar algumas interpellações, e levanta a sessão.—*Eram quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 25 de junho, estiveram presentes á chamada feita á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Canella, Moraes Carvalho, Braamcamp, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Barreiros Arrobas, Couto Monteiro, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Vicente Peixoto, Xavier Palmeirim, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Fortunato de Mello, Diogo de Sá, Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Palma, João José de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Coelho de Carvalho, Neutel, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes do Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Afonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Plácido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pinella, visconde de Portocarrero.

Projecto de lei autorisando o governo a organizar as exposições de productos agricolas e pecuarios, de machinas e instrumentos ruraes, bem como os congressos agricolas, apresentado pelo sr. deputado Moraes Soares em sessão de 10 do corrente

Senhores.—Ha mais de meio seculo que em França um ministro illustrado, para solemnizar o anniversario da republica, organisa a festa do trabalho. Foi esta a origem das exposições da industria. O pensamento de Francisco de Neufchateau, realisado em 1798, reproduziu-se por tal forma, que em 1849 já em França se haviam celebrado 11 exposições, concorrendo á primeira 110 expositores, e á ultima 4532!

Embora a honra da iniciativa pertencesse á França, a instituição das festas do trabalho teve logo o mais benevolento acolhimento em todas as nações que souberam avaliar as suas vantagens.

Não me deterei na descripção historica das exposições: não datam ellas de tempos que vão longe, e os seus mais esplendidos resultados estão ainda bem impressos na memoria dos contemporaneos. No entanto, seja-me permitido repetir as palavras de um dos mais distinctos economistas de nossos dias, para delinear as verdadeiras feições d'estas admiraveis solemnidades da civilização moderna:

«É util resumir os factos para conhecer o que já se obteve, e o que ha ainda a fazer, para dar ás festas do trabalho, não sómente o poderoso atractivo da curiosidade, mas tambem uma significação pratica e propria para facilitar o estudo dos problemas sociaes, e a solução das questões economicas. O mundo moderno, entregue ao labor industrial e agricola, substituiu por estas solemnidades, que revelam a importancia que o trabalho conquistou, os brilhantes torneos da idade media, e os jogos das Olympiadas. A attenção publica concentra-se cada vez mais na observação das victorias da intelligencia alcança sobre a natureza, sujeitando ao seu serviço todas as forças vivas, e creando esses operarios infatigaveis com musculos de ferro, que não bebem nem comem, e que deixam, para quem os emprega, todos os productos que elaboram, rapidamente accrescentados. As exposições não só habilitam o homem para reconhecer os progressos consummados, e os meios de obter outros de novo, mas tambem se podem considerar, servindo-me de vocabulario das populações guerreiras, em materias economicas, grandes revistas industriais.»

Sem duvida, mr. Wolowski, n'este quadro tão compendiozo, como eloquente, traça vivamente os verdadeiros caracteres das exposições.

Insistir n'estas considerações geraes seria perder o tempo e abusar da vossa attenção, que vou chamar, não tanto para as vantagens d'esta instituição, que são claras e palpaveis, mas sobre o modo da sua reorganização entre nós, conformemente ás necessidades e condições do nosso paiz.

O decreto, com força de lei, de 16 de dezembro de 1852, criou as exposições de gados. As bases d'este decreto foram desenvolvidas pelo regulamento de 2 de março de 1854.

nhar uma missão elevada, e esperançosa com relação à prosperidade agrícola do nosso país.

Resta-me alludir à questão dos meios, a respeito da qual direi somente, que a pertença de levantar a nossa agricultura do abatimento em que a vemos, sem emprego de meios pecuniários, e por consequente sem sacrifícios dos cofres públicos, é um conto de fadas, que não adormecerá a muitos, menos aos que desejam sinceramente o verdadeiro melhoramento da nossa agricultura.

Movido por estas considerações, tenho a honra de oferecer à vossa illustrada consideração o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Fica o governo autorisado a organizar as exposições de productos agrícolas e pecuários, de machinas e instrumentos rurais, bem como os congressos agrícolas, na conformidade das disposições d'esta lei.

Art. 2.º As exposições dividem-se em quatro classes: nacionaes ou geraes, regionaes ou provinciaes, districtaes, e locais.

§ 1.º Haverá, pelo menos, de seis em seis annos, uma exposição nacional ou geral.

§ 2.º Em cada uma das seis antigas provincias do continente do reino haverá, de tres em tres annos, uma exposição provincial ou regional.

§ 3.º Em cada um dos districtos administrativos haverá uma exposição annual.

§ 4.º Em algumas localidades do reino poderá haver exposições dos productos especiaes das mesmas localidades.

Art. 3.º As exposições das tres primeiras classes

Nota indicativa do numero de cabeças de gado premiadas desde o anno de 1854 até 1859, na conformidade do regulamento de 2 de março de 1854

DISTRICTOS	CAVALLAR	MUAR	AZINHO	BOVINO	OVINO	SUINO
N.º de cabeças	Premios em réis	N.º de cabeças	Premios em réis	N.º de cabeças	Premios em réis	N.º de cabeças
Bragança	150,000	1	50,000	1	3,000	1
Villa Real	150,000	1	50,000	1	3,000	1
Porto	150,000	1	50,000	1	3,000	1
Viana	125,000	1	25,000	1	3,000	1
Aveiro	130,000	1	50,000	1	3,000	1
Coimbra	130,000	1	50,000	1	3,000	1
Vizeu	65,000	1	25,000	1	3,000	1
Guarda	30,000	1	25,000	1	3,000	1
Castello Branco	150,000	1	50,000	1	3,000	1
Lisboa	150,000	1	50,000	1	3,000	1
Evora	140,000	1	40,000	1	3,000	1
Portalegre	25,000	1	25,000	1	3,000	1
Beja	40,000	1	25,000	1	3,000	1
Horta	—	—	—	—	—	—
Total	1,620,000	14	395,000	10	100,000	43

Voto em separado do sr. deputado Luiz Albano de Andrade Moraes, acerca do projecto de lei que equipara os cirurgiões formados nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto aos bachareis formados pela universidade de Coimbra, nas habilitações para o concurso ás cadeiras do magisterio.

Senhores.—O abaixo assignado, não podendo concordar com a maioria dos membros da commissão de instrução publica, sobre o projecto de lei n.º 10-A do sr. Thomás de Carvalho que tem por fim equiparar os bachareis formados pela universidade de Coimbra, aos cirurgiões formados nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto, na habilitação para o concurso ao magisterio nas cadeiras que constituem o curso completo d'estas escolas:

Considerando que este projecto envolve a revogação do § 1.º do artigo 112.º do decreto de 29 de dezembro de 1836; que diz assim:

«As cadeiras 2.ª, 3.ª, 7.ª e 8.ª (veja-se o mappa junto na designação das cadeiras das escolas), serão reputadas cadeiras medicas, e providas sempre em medicos formados no país. As cadeiras 1.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 9.ª serão reputadas cadeiras chirurgicas, e providas em candidatos, que tenham o curso completo de alguma das escolas de Lisboa e Porto.»

Considerando que o legislador teve em vista abrir concurso para as diversas cadeiras das escolas, somente entre os candidatos que tivessem a presumpção legal de melhor aptidão para o magisterio nas diversas cadeiras; e que este pensamento é baseado na indole especial, na organização legal da faculdade de medicina e das escolas, que até hoje ainda não mudou; e autorisado por consequente pelo plano de estudos mandado observar n'aquella e n'estas;

Considerando que a faculdade de medicina abrangendo no seu plano geral todos os ramos da arte de curar, e não admitindo em seu seio senão os alumnos já preparados com a instrução primaria e secundaria, a cujos exames a universidade preside, e com tres annos de estudos superiores nas faculdades de philosophia e mathematica; apesar do grande desenvolvimento que dá aos estudos theoricos e practicos da medicina e cirurgia, todavia insiste principalmente no estudo d'aquella, á qual votam mais cadeiras e annos de frequência;

Considerando que as escolas, ao contrario, ainda que abrangam no seu curso todos os ramos, que na faculdade se professam, todavia o estudo de alguns é conjuncto com os preparatorios de philosophia e mathematica, os quaes são estudados em escolas de applicação, que têm destinos especiaes, e que alem d'isso as escolas insistem principalmente no estudo e pratica da cirurgia, á qual votam muito mais tempo e cadeiras;

Considerando que a faculdade forma os alumnos

Quadro comparativo dos estudos medicos na universidade e nas escolas medico-cirurgicas, a que se refere o voto do membro da commissão de instrução publica abaixo assignado

PREPARATORIOS SEM OBRIGAÇÃO DE FREQUENCIA			
NA UNIVERSIDADE		NAS ESCOLAS	
Instrução primaria		Latinitude	
Grammatica latina e latinitude		Francês	
Francês		Inglês	
Logica		Logica	
Geometria, arithmetica e principios de algebra		Geographia	
Introdução á historia natural dos tres reinos		Antimetica e principios de algebra	
Grego para o acto de formatura		Chimica e physica	
(a)		(b)	
PREPARATORIOS COM FREQUENCIA OBRIGADA			
NA UNIVERSIDADE		NAS ESCOLAS	
ANNO DE ESTUDO OBRIGADO	ANNO DO CURSO	ANNO DE ESTUDO OBRIGADO	ANNO DO CURSO
1.º	—	1.º	—
2.º	—	2.º	—
3.º	—	3.º	—
4.º	1.º	4.º	1.º
5.º	2.º	5.º	2.º
6.º	3.º	6.º	3.º
7.º	4.º	7.º	4.º
8.º	5.º	8.º	5.º
9.º	6.º	9.º	6.º
10.º	7.º	10.º	7.º
O curso dura 8 annos, e só pôde terminar quando o alumno tem 28 annos de idade.		O curso dura 5 annos, e pôde terminar quando o alumno tem 19 annos de idade.	

terminarão sempre pela celebração de congressos agrícolas.

Art. 4.º Na designação do anno para a exposição geral ter-se-ha sempre em vista que ella coincida com a regional da respectiva provincia, a fim de que a primeira venha a supprir a segunda, e esta a annual dos districtos, também respectivos.

§ unico. Esta mesma disposição se applicará ás exposições provinciaes, com relação ás dos districtos.

Art. 5.º O governo poderá dispor annualmente até á quantia de 10.000.000 réis nas exposições e congressos agrícolas, a que se refere esta lei.

§ 1.º Alem d'estes meios, e para este mesmo effeito, as sociedades agrícolas incluirão annualmente os seus orçamentos uma verba que não seja inferior a 800.000 réis nos districtos de Lisboa e Porto; a 600.000 réis nos districtos de Coimbra, Evora e Braga; e a 400.000 réis nos outros districtos do reino.

§ 2.º As ditas verbas serão derramadas pelas juntas geraes de districto ás camaras municipaes respectivas.

Art. 6.º As disposições d'esta lei são extensivas ás ilhas adjacentes na parte que lhes poderem ser applicaveis.

Art. 7.º O governo promulgará os regulamentos necessários para o desenvolvimento e execução d'esta lei.

Art. 8.º Fica revogado o decreto com força de lei de 16 de dezembro 1852, e mais legislação contraria.

Sala das sessões, em 9 de junho de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares*, deputado por Chaves.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Aveiro.—O *Campo das Provincias* resume das partes recebidas de diferentes pontos d'este districto as seguintes noticias agrícolas:

«As searas de milho mostram bom aspecto; a colheita de trigo, centeio e cevadas, a despeito d'aquelles terem branqueado em parte, promette ser abundante.

«As hortas mostram-se geralmente boas; a molesta que principiou a atacar as batatas tem progredido; porém, como o fructo tinha quasi chegado á maturação, os estragos são pouco sensiveis.

«As sementeiras de arroz estão na maior parte principiaes.

«A chuva, que tem caído, veio matar em flor as esperanças de abundante colheita de azeite; os olivados soffreram bastante, mas a produção não ha de ser escassa.

«O *oidium* continua a lavar nas vinhas, mas não tão intenso como nos annos anteriores. Espera-se bastante produção vinícola.»

Porto.—Concluem-se hoje, diz o *Commercio do Porto* de 23 do corrente, as obras da lingueta da alfandega, que desde segunda-feira ficará franca para o embarque e desembarque n'aquelle local.

—O mesmo jornal publica as seguintes noticias acerca do caminho de ferro do norte:

«Os engenheiros da empresa continuam os estudos graphicos, que estes dias fizeram desde a Magdalena ao Senhor da Pedra.

«O engenheiro director ainda hontem não tinha chegado a Ovar, onde era esperado a cada momento.

«Em Ovar já se pagaram algumas expropriações.»

Braga.—O *Jornal do Norte* diz, que o director das obras publicas d'este districto estava auctorisado a proceder aos estudos do encanamento do rio Cavado para o que já lhe tinham sido ministrados 500.000 réis. A mesma folha tratando da utilidade de semelhante obra diz que ella é de uma vantagem incalculavel para Espozende e Fão, que estão na foz d'aquelle rio; para a importante villa de Barcellos, separada de Barcelinhos apenas por uma ponte; e sobretudo para Braga que fica a uma legua de distancia; acrescentando ainda a citada folha periodica que a legua de Braga á villa do Prado, por onde o rio também corre, transformar-se-ha numa rua seguida de Braga a esta villa logo que o Cavado se tornar navegavel; terminando por dizer que não conhece no Minho obra que apresente tantas vantagens futuras.

Vianna do Castello.—Numa correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Jornal do Porto*, lê-se que se terá ordem para estudar o traçado e levantar a planta da estrada que deve seguir d'aquella cidade para Ponte do Lima, acrescentando o correspondente que lhe constava que apenas terminados os trabalhos do traçado d'esta villa até Coura, se dará logo começo áquelle estudo, e que ha todas as tenções de incontestavel vantagem e imperiosa necessidade para esta cidade, e para os povos limitrophes das margens do Lima.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 22 do corrente, e de Paris até 20.

Alem dos despachos que hontem transcrevemos, os jornaes hespanhoes receberam pelo correio de hoje apenas publicam o seguinte

DESPACHO TELEGRAPHICO

Paris, 20 de junho.—O governo napolitano nega-se a entregar os dois navios que foram ultimamente apresados pelos cruzeiros, baseando-se em que, qualquer que fosse a sua bandeira, as declarações dos passageiros são prova incontestavel de que muitos d'elles iam alistar-se no exercito de Garibaldi. Cre-se que este novo incidente complicará mais a situação de Napoles.

NAPOLES

Temos á vista uma correspondencia de Napoles, datada de 11 do corrente, que confirma a noticia de ter desembarcado o coronel Medici na Calabria; facto este que faz prever acontecimentos graves.

(La Presse.)

—Nas aguas de Napoles, existiam no dia 13 do corrente tres navios de guerra francezes, tendo a bordo 4.945 homens; dois navios inglezes, um hespanhol e outro austriaco.

(El Pensamiento Espanol.)

CONFEDERAÇÃO GERMANICA

A *Gazeta Prussiana* publica, acerca da entrevista do Baden, um artigo de fundo, no qual, entre outras cousas, se lê o seguinte:

«Hoje, o imperador Napoleão chegará a Baden, a fim de cumprimentar o regente da Prussia em terra allemã. O imperador manifestou, de uma maneira essencialmente cortez, o desejo de dar ao principe regente esta prova dos seus sentimentos pacificos e amigaveis. A Prussia tem razão para se alegrar por esta iniciativa, e apreciar, sem prejuizos, a sua incontestavel significação.

«A politica da Prussia não pôde, por fôrma alguma, aspirar a novos destinos; esta politica continuará sendo franca, leal, conciliadora. Até hoje a Prussia tem feito o possível para que não seja alterada a paz europea, bem como as bases d'esta paz. A politica prussiana conservará este caracter. Porém as difficuldades dos tempos despertaram inquietações que a Europa verá extintas em presença d'esta amigavel conferencia de dois principes poderosos, cuja conducta exerce sempre nos destinos do nosso globo uma influencia importante, e por vezes uma influencia decisiva.

«A Alemanha verá com prazer o imperador dos francezes augmentar a convicção, na qual está o principe regente, de que a politica franceza é tão pacifica como forte; e a França considerará como um penhor das suas relações de boa vizinhança a expressão que o imperador Napoleão ouvirá da propria boca do principe regente, dos sentimentos e das resoluções da politica leal e moderada que servem de regra invariavel ao modo de proceder do governo da Prussia.

«Independente d'esta entrevista, que é relativa aos interesses geraes da Europa, outro reconhecimento de natureza não menos feliz occupa a nação allemã; é a reunião dos principes mais eminentes da confederação germanica.

«Os verdadeiros amigos da patria experimentavam ha muito tempo o ardente desejo de que, depois das numerosas discussões que ultimamente têm alterado o sequeço dos estados confederados, uma reunião de soberanos allemães fortificasse e consolidasse o sentimento da boa harmonia. O mundo

convencer-se-ha de que entre os estados allemães podem existir opiniões diferentes n'uma ou outra das importantes questões de politica interna, porém que estas divergencias desaparecem sempre perante a comunidade de interesses que liga os estados allemães em todas as questões relativas á independencia nacional e ao engrandecimento da patria.

«As discussões entre partes nunca podem minorar as razões tão graves que em todas as circumstancias ligam o meiodia e o norte por laços indissolaveis.

«Esperamos que o incidente de Baden só servirá para reanimar a confiança que a Europa deposita no futuro, e consolidar ao mesmo tempo o apoio essencial d'esse futuro, a boa harmonia da Alemanha.»

A *Gazeta official de Munich*, occupando-se do assumpto, diz o seguinte:

«A entrevista entre o principe regente da Prussia e o imperador dos francezes, em Baden, só foi definitivamente decidida n'estes ultimos dias, porém havia já muito tempo que se tinha convenção que os reis da Baviera e Wurtemberg conferenciassem na mesma cidade com o principe regente. É pois por accidente que tem lugar a reunião dos dois reis com o imperador dos francezes; e essa reunião tem lugar de uma maneira inesperada, porém muito provavelmente não será infructifera; porque a presença d'estes dois principes e de outros, que concorreram a Baden, por convite especial do principe regente da Prussia, é uma prova evidente de que os principes, assim como os povos da Alemanha estão intimamente ligados entre si, e se se ouve da propria bocca d'estes principes a expressão unanime da firme resolução de defenderem, unidos e com todas as suas forças, a integridade da Alemanha, esta palavra não poderá deixar de produzir o seu effeito e tranquilizar tanto os naturaes da Alemanha como os estrangeiros.»

Cumpro todavia notar, diz a *Presse*, que houve em casa do rei da Baviera uma outra conferencia, á qual assistiram os outros reis da Alemanha e os soberanos de Darmstadt e de Nassau, porém não o principe regente, nem o grande-duque de Baden, seu genro, nem os duques de Weimar e de Saxe-Coburgo, que habitualmente seguem a politica do gabinete de Berlim.

AUSTRIA

A *Gazeta Austriaca* desmente em termos positivos a noticia dada pela *Gazeta da Prussia*, e transcripta por alguns outros jornaes, de que a Austria tencionava pôr á disposição do governo napolitano 20.000 homens, se Garibaldi declarasse guerra aos estados de terra firme; e de que esta resolução do gabinete de Vienna havia sido approvada tanto pela Russia como pela Prussia. Segundo afirma a *Gazeta Austriaca*, a Austria não enviou communicação alguma que dê lugar á supposição de uma intervenção por parte d'esta potencia.

(El Pensamiento Espanol.)

INGLATERRA

Os jornaes inglezes, com excepção do *Morning Chronicle*, que considera o congresso de Baden como o penhor de uma paz certa e universal, são ou muito reservados ou declaram-se contra essa reunião. No numero d'estes ultimos figuram os jornaes conservadores e o *Times*; a imprensa ministerial optou pela reserva. O *Morning-Post* considera sobre tudo o congresso de baixo do ponto de vista dos resultados que elle pôde ter para os negocios interiores da Alemanha.

O *Daily-News* tem principalmente em vista as vantagens que devem resultar da conferencia para a politica allemã da Prussia. Convidando os principes allemães para assistirem a esta reunião com o imperador, o principe regente empregou o meio mais effizaz para desvanecer as apprehensões dos seus visinhos, e no mesmo tempo aproveitou a occasião para apparecer como a figura principal n'uma illustre assembléa allemã. O *Observer* adopta tambem uma linguagem muito favoravel á Prussia.

—Os habitantes da ilha de Jersey tiveram um *meeting* a favor de Garibaldi, e subserveram a favor da revolta siciliana com 2.250 francos. Mr. Victor Hugo, que foi convidado para assistir ao *meeting*, pronunciou n'essa occasião um extenso discurso.

(La Presse.)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO
INSTITUTO D. LUIZ
NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 758,63	20,7	61,0	NNO.
3 t. 758,23	22,2	54,9	N.

DIA 23.

Maxima—temperatura.....	29,2 C.
Minima.....	15,0 "
de noite.....	3,5 "
Ozone.....	3,5 "
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	9,2 "
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 86,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 759,48	20,1	72,7	NNO.
3 t. 758,60	24,6	58,8	NO.

DIA 24.

Maxima—temperatura.....	24,3 C.
Minima.....	15,7 "
de noite.....	5,0 "
Ozone.....	4,5 "
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	8,6 "
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS LITTERARIAS

A CORTE DE LUIZ XIV EM 1695

(Continuado do n.º 105)

O nosso embaixador está agora na analyse dos secretarios de estado, sendo o primeiro mr. de Pomponne:

«Os mais secretarios d'estado e expediente são homens superiores, porém versados no manejo do publico, cuja experiencia é mais lucra ao reino, e de mais agrado a el-rei. Principiarei por mr. de Pomponne, que, ainda que retirado de Versailles, em odio ao defuncto Colbert, não deixa de ser consultado actualmante nas materias occorrentes. Tem muitas virtudes moraes. É dotado de uma honradez infinita, e de accesso facil: não alcançou ainda assim o conhecimento do pouco que alcança, mas sempre se manteve nos limites da modestia; porém a sua preguica o induziu á ruina da sua fortuna: o caso tem muita commexão com o ministerio, para se haver de omitir como desnecessario.

«Achava-se Colbert Croissy plenipotenciario assistente em Munich no casamento de m.ª Delphina, e el-rei impaciente por horas, com a vinda do correio esperava a decisão do tratado. Pomponne que administrava a repartição dos negocios estrangeiros, assistindo a algum negocio particular, se achava em Paris quando chegou o correio a Versailles, o qual entregou ao defuncto Colbert um masso particular de seu irmão, em que singelamente participava o bom successo da sua negociação. Colbert, sem perder tempo, quiz ganhar as alvirgas, porque não havia voltado Pomponne, e com effeito encontrando el-rei descontente da pouca actividade do ministro, pediu em exclusão d'este o exercicio para seu irmão, o que lhe foi facil de alcançar pela boa direcção com que se houve Colbert Croissy na sua embaixada. Esta foi a origem da catastrophe de Pomponne, a quem el-rei conservou as pensões sem nenhuma alteração.»

Para que se avalie devidamente como o nosso embaixador estava iniciado n'estes particulares da corte, vamos completar a noticia sobre Arnould de Pomponne:

Nas obras de Luiz XIV, tomo II, pagina 451, lê-se o seguinte a respeito da catastrophe de Pomponne: «Supportei durante muitos annos a sua fraqueza, a sua pouca applicação, e a sua contumacia. Custou-me cousas consideraveis. Finalmente, julguei dever ser preciso mandalo retirar, porque tudo o que passava por elle perdía a grandeza e a força que devia ter, executando as ordens de um rei de França, que não era infeliz.»

«Parece que Luiz XIV, o via frequetes vezes secretamente (*Mémoires de S. Simon*, tomo II, pag. 356 e seg.), e quando morreu Louvois nomeou-o ministro d'estado, e pediu-lhe que visse em bom accordo com Colbert de Croissy, que o havia substituído no cargo. Uma filha de Pomponne casou com um filho de Colbert de Croissy, que succedeu a seu pai com o nome de marquez de Torey, no ministerio de negocios estrangeiros, e que o velho Arnould de Pomponne aconselhou até ao anno de 1699, epocha da sua morte.

«O chancelier para as justicas é homem recto, desejo de a distribuir a quem pertence: frio para se informar dos direitos dos litigantes, e lento para se pronunciar decisivamente; é velho, e por consequente remisso de viver: rende-lhe o logar 50.000 escudos; despacha pouco, e, contudo, el-rei o tolera por ser homem irrefragavel: com propriedade discreta o dão a conhecer com a imposição no nome que lhes applicam n'este equivoco.... *Le chancelier qui chancelle*....

«Mr. de Pontchartrain preside ás finanças: não é sujeito pratico no manejo da fazenda real como o seu antecessor, porém os seus subalternos são ainda os mesmos que entravam no conhecimento dos negocios no tempo de Colbert, que foi sem contradicção o mais insigne ministro para desembaraçar difficuldades, pondo em ordem perceptivel o confuso e informe desarranjo de tão vasta materia; e tanto assim, que el-rei sabe tão exactamente a sua fazenda como qualquer particular. Nas urgencias presentes para subministrar alvites têm alguns dados mostras do seu talento penetrante; mas sendo de menor ponderação a mingoa de 50.000.000 em especie que os religionarios (os protestantes banidos pela revogação do edito de Nantes) levaram consigo sem entrar n'este numero as joias e outros effeitos de importancia: aquelle dinheiro circulava no reino; e á falta de tão grande somma foi preciso que o imposto suprisse para desangrar os mais ricos. Recorreu-se ás taxas, gabelas, imposições e novos direitos para crescer o rendimento real: pouco lucra para despesas tão extraordinarias, e muita carga para vassallos tão opprimidos: o melhor meio foi o da capitalização, porém tarde imaginado, o remedio não deixa de ser violento, não ficando o povo aliviado dos tributos que d'antes pagava. Augmentou a pobreza intrinseca a alteração successiva da moeda; a primeira deu, ainda assim, algum proveito, as mais lançaram a perder o commercio, preverteram a putrefacção do ouro, diminuíram o valor da prata, e os endinheirados se fecharam com o cabedal proprio, vendendo a demonstração de el-rei que deu exemplo aos particulares, mandando fundir a sua baixella dourada, sacrificio que escassamente produziu 20.000 escudos de libras em todo o reino, como o tenho verificado pela casa da moeda.»

Louis Philippeaux, conde de Pontchartrain, foi nomeado para as finanças, em substituição de La Pelotier, em 20 de setembro de 1689.

A revogação do edito de Nantes em 18 de setembro de 1685 foi uma das medidas mais fataes á prosperidade da França.

Quando a guerra de 1682 começou, Vauban, n'um memorial ao rei, calculava que em cinco annos a França se havia empobrecido em 100.000 francezes e 60.000.000 francos, que o commercio estava arruinado, as frotas inimigas augmentadas com 9.000 marinheiros, os melhores do reino, e o seu exercito de 600 officaes e de 12.000 soldados mais valerosos do que os seus.

Um auctor protestante avalia o numero dos seus correligionarios que emigraram em 400.000: outro 300.000: o que parece mais provavel é que foram 200.000.

«A revogação do edito de Nantes produziu a revolta dos *Camisardos*, nas Cevennas, que durou de 1685 até 1704, e na qual a maior parte da população foi exterminada pelo ferro e pelo fogo.

«O arcebispo de Paris passa por sabio versado na eloquencia, vaidoso no fausto, escasso nas esmolias, ignorante na politica; o zelo de se extirpar

xima da corte, como indispensável, contentar os ministros com boas palavras, quando os interesses ou por diversos ou por adversos se encontram ou se separam: de nenhum modo por principio de tal ou qual valimento como os mais se persuadem, porém conforme a conjuntura dos tempos que hoje faz respeitar com mais circumspecção as cortes estrangeiras.

Mr. de Chateaufort no conselho d'estado vota excellentemente, examinando só os negócios do reino não alcança mais a falta da listra; por nascimento deveu pouco a fortuna, e os espiritos vulgares não lhe dão mais alma que o produzirem desanimado.

Mr. de Beauvilliers, presidente da fazenda, devia viver retirado; é mais apto para contemplativo de que para politico; blasona de moralista, segue os dogmas de um catholico, louvor que poucos merecem neste reino, d'onde só os vícios desenfreadamente se espalham, e d'onde o descredito do mais impio modo vem a ser por desgraça de tantos o descredito da moda: ama e reparte com recto equilibrio a justiça, porém homem que todo se occupa em miudezas domesticas, tem pouco prestimo para estadista.

Mr. de Lepeletier não se lhe conhece qualidades de boa seja, mal intencionado para todos, e até inimigo de si proprio. Cedeu espontaneamente o seu logar a Pontchartrain, conhecendo a sua insufficiencia; porém soube em pouco tempo aproveitar-se do officio de tal sorte, que enriqueceu consideravelmente a sua casa. Conserva o voto no conselho d'estado, e o cuidado dos portos fortificados corre por sua conta, ou para melhor dizer varios inspectores de capacidade experimentada o informam com predomínio.

Mr. de Chateaufort de la Vrillière tinha a reputação de homem mediocre, e de uma importancia politica muito secundaria.

Mr. de Beauvilliers (duque) era effectivamente um dos caracteres mais respeitáveis da corte de França; catholico sincero, mas tolerante porque sempre se oppõe ás perseguições contra os protestantes. O duque de Beauvilliers, escreve um contemporaneo, é uma pessoa por tal modo respeitada que não encontra um invejoso, e gosa do seu alto favor com summa modestia.

Claudio Le Peletier, antigo syndico de mercados, foi nomeado pela influencia do chancelier L. Tellier e de seu filho Louvois, de quem era parente. Eis o que escreve Saint-Simon a respeito da sua renuncia ao cargo que exercia: «Quando o intendente das finanças viu aproximar-se a guerra de 1688, a intima confiança que existia entre elle e mr. de Louvois lhe faz prever todas as consequências. Seria elle que devia sustentar todo o encargo pelos fundos extraordinarios, e isto causou-lhe um tal terror, que não cessou de solicitar do rei a sua demissão, o que a final conseguiu.

Mr. de Chalais, sujeito benemerito pelas prendas que o adornam, o que perdeu por nascimento obscuro, alcança a clareza do entendimento, a comprehensão vasta, o engenho subtil, e a memoria feliz o fertiliza como universal, o acompanha como defectivo, e o estabelece como prodigioso: entre tantas partes repartiu a natureza defeitos consideráveis: pois sempre satisfeito nas suas idéas se obstina em as apresentar, ainda quando repudiadas: cioso das suas reflexões contra os pareceres alheios, se avaliado por melhores, e contumaz depois de convencido, desconhece a mesma razão que confessa.

Todos estes ministros, que em si recopilam tanto abreviado de vícios e de virtudes, formam na republica um todo uniforme que se averiguaria outro cahos confusamente infundido: o monarcha não resolverá por arbitrio decisivo. Podem comparar-se a engenhos desconcertados que não deixam de ter movimentos certos, porque os determina o primeiro movel.

Os francezes, naturalmente isolados do seu rei por accidentes, o constitem heroe, e immortalizam as façanhas da nação no seculo presente: com tão especial cuidado o produzem isento das imperfeições humanas, que até nos mais modestos elogios lhe dão attributos de divino: na duração do bronze a lisonja se occupa em prepetuar estatuas: de aduladoras impias inscripções obstruem os marmores, e tudo parece pouco para a vaidade de Luiz XIV.

«Não é facil alcançar o profundo conhecimento da sua capacidade, porque os annos, os achacos e os amores alteraram com notavel differença o temperamento, os costumes, a vontade e as inclinações: na menoridade foi sem o cultivo das sciencias, que nunca amou, sendo que premeia sempre os scientificos, a que se deve attribuir, como ás mais acções da sua vida, o puro motivo de vangloria. Educado nos verdadeiros principios de catholico, homem e caridoso, ouve a todos com attenção; nas perguntas conciso, nas respostas adequadas, affecta ás vezes silencio nas audiencias em materias de mercês, reparte os castigos como justo, porém distribue os premios como prevenido, inconveniente a que vivem sujeitos todos os monarchas, por difficil accesso nos vassallos, ficando os merecimentos por escondidos disfarçados. Para os crimes que respeitam o estado, duellos e moeda falsa, se mostra inflexivel, para o mais se inclina a compadecido, e se a razão não basta, busca pretextos para o perdão, resolve immediatamente depois dos pareceres do seu conselho, e quando toma sobre si alguma resolução de importancia se mostra o successo que não foi bem tomada, nem por isso cede da sua opinião e ninguem se atreve a lh'o dizer, verificando-se n'elle aquella axioma indubitavel: que o erro que commette o entendimento é quasi invencivel, porque toma emprestados os alentos da mesma razão. Affecta-se superior aos mais homens tolerando sem queixa as inclemencias do ar, o rigor do frio, o excesso da calma, e as dores da gotta de que vive atormentado de tempos a esta parte. Hoje vive voluntariamente applicado e retiradissimo das demonstrações de alegria, divertimentos, jogos e sárdis, que antes da guerra e durante o valimento de m.^{me} de Montespan tolerava, e seguia. Hoje passa as mais das horas do dia no quarto de m.^{me} de Maintenon, com quem clandestinamente vive desposado por escrúpulos de consciencia; mulher de escuro origin, americana, casada antes com mr. Scarron (duas vezes mestre de corpo e de engenho, celeberrimo poeta): matrona de valor varonil, de juizo perfeito, de agudeza finissima, e de notavel habilidade: deveu a sua fortuna a m.^{me} de Montespan que a escolheu para aia de seus filhos. Com tanta destreza soube insinuar-se na vontade do rei que arruinou o favor de m.^{me} Montespan occupando o seu logar. É capaciissima de governar só uma vasta monarchia e todo pôde com el-rei, porém de communicação tão inacessivel que não dá audiencias nem publicas, nem particulares, vivendo retirada sempre das publicidades, o que torna a corte melancolica, porque a sua politica consiste em desviar el-rei dos divertimentos tanto pelos proprios annos de que desconfia, como pela sanidade de el-rei, a quem o mais leve exercicio é prejudicial, depois d'aquella operação da fistula, da qual escapou milagrosamente.

«A devoção frequente sendo agora da corte o mais plausivel realce, nenhum duvida que seja numerosa de hypocritas só a effeito de agradar a el-rei, que vive desviado de amorosos pensamentos, ou seja porque os annos fazem antecipar moralmente a virtude, ou porque empregue verdadeiramente o tempo todo nas obrigações do sceptro: porém quem conhece com mais delicadeza a origem d'essa mudança attribuirá tanta suspensão de divertimento á pura falta de cabedades, porque o luxo licencioso dos sárdis sempre foi no tempo das pazes nocivo á prosperidade do rendimento real.»

A sociedade do seculo XVII, apesar das suas ostentações de devoção, estava profundamente pervertida, e La Bruyere quando escrevia que «um devoto era aquelle que no reinado de um rei ateu seria ateu» proclamava eloquentemente a sua hypocrisia e devassidão moral.

Acaso os costumes na vida intima assimilhavam-se áquella dignidade e elegancia, que nos seduz nas pomposas descrições dos poetas, e nos quadros dos artistas? Saint-Simon não nos deixa duvida a este respeito, quando nos introduz sem cerimonia nos aposentos dos mais celebres e distinctos personagens da corte.

A avidez e a cobiça, que devorava os cortezãos e os principes, não eram menos repugnantes. Quando o duque de Orleans nomeou Law contador geral da fazenda, favoreceu os seus familiares com grandes dadas de dinheiro. Deu 600.000 libras a la Fare, capitão das suas guardas; 100.000 libras a Sartines, cavalleiro de honra da duqueza de Orleans; 200.000 libras ao velho principe de Courtenay, que muito precisava d'ellas; 20.000 libras de pensão ao principe de Talmont; 6.000 libras a marquez de Bellefide, que já possuía outro tanto; e á força de lamurias do principe de Conti, concedeu uma pensão de 60.000 libras ao conde de la Marche, seu filho, que apenas contava tres annos.

Indole d'essa sociedade tão polida nas suas maneiras, tão espiritosa e amena na sua conversação, tão magestosa e suave nas suas mesuras, fica perfectamente conhecida quando se instaura o processo de Brinvilliers. O rei, aterrado pelo numero dos culpados que pertencem ás primeiras familias, manda suspender o processo. Poderemos acaso acreditar que fosse sincera a devoção que reinava contemplando estes escandalos? Moliere retratava o seu tempo com o typo immortal do Tartufo.

Um eminente historiador para demonstrar os perigos do governo pessoal attribue a decadencia do reinado de Luiz XIV á prostração physica em que elle caiu depois da operação da fistula, e n'isto se encontra com o nosso marquez embaixador. O reinado de Luiz XIV, escreve elle, divide-se em duas partes: antes da fistula e depois da fistula: antes Colbert, e as conquistas: depois m.^{me} de Scarron, e a proscriptão de 500.000 francezes.

Mas tudo se explica pela fatal influencia de m.^{me} de Maintenon que lhe soube tornar a devoção aprazivel e a austeridade seductora, nas festas semidotas e semi-profanas de S. Cyr. O Jupiter de Versailles, cujos amores pouco edificantes como os dos deuses do paganismo (*densos numerabatur amores*) o servilismo da corte divinava, converte-se n'uma especie de pregador corado, que explica o catholicismo e dá lições de moral ás nobres educandas. Envolvendo-se em enredos religiosos, perde a sua actividade e energia, abandona a agentes subalternos os cuidados da administração e torna-se um docil instrumento nas mãos de m.^{me} de Maintenon.

O grande rei, que fóra o mais activo dos homens, e o mais impetuoso dos monarchas, nos ultimos annos da sua vida, não conhece outro jogo senão o dos jesuitas, que m.^{me} de Maintenon protegia. A publicação da bulla *unigenitus*, que abolia os principios da famosa declaração de 1682, exprime até que ponto de sujeição moral elle havia descido. A morte de Luiz XIV é um dos espectaculos de mais austera lição para o poder absoluto. Todos o abandonam no seu leito de agonia, nem um rosto amigo lhe apparece para o consolar na hora extrema. M.^{me} de Maintenon, vendo que já nada tinha a esperar de um moribundo, partira para o seu convento. Le Tellier, o jesuita, estava envolvido nas suas intrigas, o cardeal de Rahen entregue aos seus amores. O duque de Maine, o seu filho predilecto, ria-se entre os seus familiares: os cortezãos affluíam aos aposentos do duque de Orleans, que se suppunha o futuro regente.

O povo insultava as suas cinzas.

A. P. Lopes de Mendonça.

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 24 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, de Setúbal em 4 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Adelaide, bateira, mestre J. F. dos Santos, da Figueira em 2 dias, com madeira e vidros; 5 pessoas de tripulação, e 1 passageira, que é: Leonor Cavaco, portugueza.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 16 horas, com diversas fazendas, a G. A. Hancock & C.^a; 24 pessoas de tripulação, 1 mala, e 23 passageiros.

Alma, patacho russo, capitão P. Ahlroth, de Finlandia em 45 dias, e de Copenhague em 39, com madeira, á Trolades; 9 pessoas de tripulação.

Confiança, brigue portuguez, capitão M. J. da Silva, de Pernambuco em 42 dias, com assucar, mel, madeira e mais generos, a P. J. da Silva; 12 pessoas de tripulação.

Feliz Ventura, brigue portuguez, capitão F. A. da Silva, do Pará em 29 dias, com cacau, couros e mais generos, a J. N. B. de Carvalho; 16 pessoas de tripulação, 1 mala, e 5 passageiros, que são: Manuel José de Araújo, negociante; Antonio José Caetano, trabalhador; Emilia Julia de Carvalho com 1 pessoa de familia; portuguezes: Terencio, menor; brasileiro.

Fortuna, brigue portuguez, capitão L. C. de Sousa, de Loanda em 54 dias, com cera, urzella, marfim e mais generos, a F. C. da Cunha; 18 pessoas de tripulação, 1 mala, e 6 passageiros, que são: Francisco de Salles Almeida, negociante; José Basilio Carlos de Sousa, guarda-livros; João Pereira de Sousa, caixeiro; Jacinto da Silva, pedreiro; 2 praças de pret; portuguezes.

Leoa, rasca, mestre J. F. Gomes, da Figueira em 2 dias, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageira, que é: Rosa Thereza, portugueza.

Santa Barbara, rasca, mestre C. Franco, da Vieira em 2 dias, com madeira; 8 pessoas de tripulação.

Santa Cruz, hiate portuguez, mestre J. C. Alcamin, da Vieira em 24 horas, com madeira e carvão; 7 pessoas de tripulação.

Camões, hiate portuguez, mestre A. Cesario, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com cepa; 6 pessoas de tripulação, e uma passageira, que é: Maria Jacinta, portugueza.

Milheiro 4.^o, lugre portuguez, capitão J. F. de Abreu, de S. Martinho em 12 horas, em lastro, a Milheiro & Irmão; 12 pessoas de tripulação e uma passageira, que é: Maria do Livramento, portugueza.

Lenia, barca sueca, capitão H. Hagberg, de Table Bay (no Cabo da Boa Esperança) em 72 dias, e da ilha da Ascensão em 52, em lastro, ao seu consul; 14 pessoas de tripulação.

Protector, hiate portuguez, mestre L. P. da Silva, do Porto em 2 dias, com madeira, coxo e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e uma passageira, que é uma alienada portugueza.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para Vigo e Nantes, com varias fazendas; 28 pessoas de tripulação, e 61 passageiros.

Cruz 4.^o, patacho portuguez, capitão A. N. dos Santos, para a ilha da Madeira, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Estrella do Sado, hiate portuguez, mestre M. Antonio, para Setúbal, com cantaria e encomendas; 6 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Antonio Manuel, creado de servir; portuguez.

Maria, barca portugueza, capitão P. A. M. da Silva, para Marselha, com café; 12 pessoas de tripulação.

D. Estephania, paquete portuguez a vapor, capitão T. A. de Oliveira, para Cadiz, em lastro; 40 pessoas de tripulação, e 1 passageiro.

Flor de Angra, brigue escuna portuguez, capitão A. P. Santo Amaro, para o Rio de Janeiro, com vinho, sal, batata e mais generos; 11 pessoas de tripulação.

Belier, polaca franceza, capitão J. Boyer, para Casa Branca, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Senhora da Atalaya, hiate portuguez, mestre J. Marques Junior, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com cepa e carvão; 6 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S. e Silva, de Sines em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Vinte e oito de março, mestre F. L. de Mello, de Villa Nova de Milfontes em 4 dias, com cepa; 7 pessoas de tripulação.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, dos portos do Algarve em 20 horas, com encomendas, á companhia união mercantil; 19 pessoas de tripulação, 1 mala e 27 passageiros.

S. Lourenço, hiate portuguez, mestre M. A. Vieira, da ilha de S. Miguel em 15 dias, de S. Martinho em 32 horas, e da Ericeira em 20, com barro, a L. Gomes; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Elizaria da Conceição com uma pessoa de familia, portuguezes.

Santa Maria, rasca, mestre J. dos Santos, da Vieira em 3 dias, com madeira; 9 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 24 pessoas de tripulação e 101 passageiros.

Senhora do Carmo, rasca, mestre J. C. Senna, para a Vieira, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 25 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 25 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 23

Entrou a escuna inglesa *Victoria*, de Vianna em 1 dia. Saida: Vapor portuguez *Lisboa*, para Lisboa; escuna inglesa *Alame*, para Bristol.

Fôra da barra ficam a barca *Sympathia*, e cinco hiates portuguezes, sendo um o *Loureiro 1.^o*, e um lugre inglês.

O mar está bom.

O vento esteve E. NO. regular, agora N. brando.

Do dia 24

Entradas — Barca *Sympathia*, de Pernambuco, por Vigo, em 58 dias; hiate *Loureiro 1.^o*, de Lisboa em 5 dias; *Precedente*, de S. Miguel em 4; *Menor* e rasca *Nova Sociedade*, ambos da Figueira, o primeiro em 3 dias, e a segunda em 4; rasca *Correio de Lisboa*, de Aveiro em 3 dias, portuguezes; lugre inglês *Dee*, de Hull em 30 dias.

Saidas: Vapor inglês *Tanning*, para Southampton; escuna inglesa *Gleaser*, para Cardiff.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

O mar está bom.

O vento esteve NO. regular, agora N. brando.

Do dia 25

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 26

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 27

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 28

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 29

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 30

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 31

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 1.^o

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 2.^o

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 3.^o

Entrou a hiate *Dois Irmãos 1.^o*, do Porto com varios generos.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 25 de junho — 3 por cento consolidado a 49,60 — dito differido a 39,80.

Bolsa de Paris, em 25 de junho — 3 por cento francez a 68,40 — 1/2 dito a 96,90.

Bolsa de Londres, em 25 de junho — Consolidados de 93 1/4 a 93 3/8.

AVISOS

ASYLO DE MENDICIDADE

Hoje (24), pelas onze horas da manhã, se disse na igreja d'este ipso estabelecimento uma missa reada, em suffragio da alma do seu illustre benefactor, o ill.^{mo} sr. Thomás Maria Bessone, por ser o anniversario do seu fallecimento, a cujo acto religioso assistiram tanto o seu digno sobrinho, o ill.^{mo} sr. Thomás Maria Bessone, a sua ex.^{ma} familia, e alguns dos seus amigos, como o adjunto servindo de provedor do asylo, os empregados, e asylos de ambos os sexos, aos quaes depois do meio dia se deu um jantar de carne á custa do mesmo sr. Bessone, que offereceu para esse fim a esmola de 38\$400 réis, como tão louvavelmente já tem praticado nos annos anteriores.

Asylo de mendicidade, em 24 de junho de 1860.

SOCIEDADE DAS CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

O conselho de direcção resolveu mandar dizer uma missa, a que devem assistir as creanças educadas nos mesmos estabelecimentos, pelo eterno repouso do ex.^{mo} conselheiro d'estado José Jorge Loureiro, que por mais de vinte annos prestou muitos e valiosos servicos a esta sociedade na qualidade de seu secretario e thesoureiro.

O conselho convida a todos os srs. subscriptores e amigos do illustre finado para concorrerem áquella acto religioso e de gratidão, prevenindo-os de que elle ha de ter logar na sexta-feira, 29 do corrente, pelas dez horas e meia, na parochial igreja de N. Senhora da Encarnação.

Lisboa, 25 de junho de 1860.

BANCO DE PORTUGAL

A direcção annuncia que no dia 2 do proximo mez de julho, das dez horas da manhã á uma da tarde, começará o pagamento do dividendo do 1.^o semestre do corrente anno de 1860, a rasão de 2 por cento, ou réis 10\$000 em metal, por titulo de cinco acções, e que o referido pagamento continuará em todos os dias, excepto nas terças e sextas-feiras. As respectivas relações serão fornecidas pelo portei do estabelecimento, e nas mesmas os srs. accionistas designarão as suas actuaes moradas.

Lisboa, 25 de junho de 1860.—Os directores, João Ribeiro Franco — Joaquim José Fernandes.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O pagamento das pensões do mez de abril ultimo terá logar nos dias 2 e 3 de julho proximo, e sabbados seguintes; devendo as pensionistas apresentar attestados de vida e estado.

Escritorio da associação, 22 de junho de 1860.

—O vogal secretario, A. A. de Oliveira.

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES

No escritorio do monte pio geral da marinha, junto á entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, inscripções, e acções do banco ou de companhias.

MONTE PIO GERAL

O ex.^{mo} sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 27 do corrente, ás oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Lisboa e sala das sessões, 21 de junho de 1860.

—O 2.^o secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

A direcção annuncia que no dia 1 do proximo futuro mez de julho, pelas onze horas da manhã, se ha de proceder á venda em leilão de diferentes objectos de ouro, prata e joias, em conformidade do artigo 5.^o do decreto de 6 de setembro de 1858.

Lisboa, 20 de junho de 1860.—O secretario, José Maria Gervasio Codina.

MONTE PIO UNICO

Não tendo comparecido numero legal de socios terça-feira 19, são estes novamente convidados a reunir-se em assembléa geral terça-feira 26 do corrente, ás oito horas da noite, para o fim já annunciado, que é a eleição dos logares vagos na commissão administrativa.

Sala das sessões, 21 de junho de 1860.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

Publicou-se o n.^o 24 (15 de junho).

Com este numero findou a 3.^a serie: os senhores que quizerem continuar para a 4.^a serie, que deve começar no dia 1.^o do proximo julho, queiram enviar com brevidade o seu importe ao escritorio da redacção, rua da Saudade, n.^o 1, Lisboa, a fim de não soffrerem interrupção na remessa.

Com estampillas

Por anno 980 réis

» seis mezes 500 »

» tres mezes 270 »

» Avulso 40 »

Na loja do sr. Lavado, rua Augusta, n.^o 78, tambem se recebem assignaturas.

COMPENDIO DE ORTHOGRAPHIA

2.^a EDIÇÃO

CONTENDO AS PRINCIPAES REGRAS PARA BEM ESCRIVER A LINGUA PORTUGUEZA, COORDENADO POR ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SA.

Vende-se em Lisboa, Porto, Vianna e Braga, nas lojas do costume.—Preço 50 réis.

Os srs. professores e directores de collegios que quizerem porção queiram dirigir-se á loja do sr. Lavado, rua Augusta, n.^o 8, onde se faz abatimento.

17 AR